

Segurança & Defesa

ISSN 1646-6071

| 37 |

outubro | dezembro 2017

O Sistema Internacional Contemporâneo e o Contexto Estratégico Mundial

ADRIANO MOREIRA

As Ideias Salafistas e Jihadistas do Estado Islâmico / DAESH

JOSÉ MANUEL ANES

Alterações Climáticas em África: Vulnerabilidade e Conflitos

CARLOS RUSSO MACHADO

NELSON LOURENÇO

O Impacto do Terrorismo na Europa!

JOÃO ALVELOS

03 *O Sistema Internacional
Contemporâneo e o Contexto
Estratégico Mundial*

ADRIANO MOREIRA

08 *Alterações Climáticas
em África: Vulnerabilidade
e Conflitos*

NELSON LOURENÇO

CARLOS RUSSO MACHADO

21 *O Impacto do Terrorismo
na Europa, uma tentativa
(falhada) de Resgate do
Carácter das Cidades*

JOÃO ALVELOS

29 *As Ideias Salafistas e Jihadistas
do Estado Islâmico/DAESH
e as Incidências sobre
a sua Estratégia*

JOSÉ ANES

35 *Notícias*

Esta edição tem o
patrocínio de



Diretor José Manuel Anes | **Presidente do Conselho Editorial** Adriano Moreira |
Conselho Executivo | Figueiredo Lopes | Garcia Leandro | Jorge Silva Carvalho |
Loureiro dos Santos | Mendes Dias | Vieira Matias | **Conselho Editorial** | Acácio Pereira
| Agostinho Branquinho | Agostinho Costa | Alexandre Caldas | Alice Feiteira | Almeida
Bruno | Ana Paula Garcês | Ângelo Correia | António Vitorino | António Neto da Silva |
António Nunes | António Rebelo de Sousa | Armando Carlos Alves | Armando Dias
Correia | Armando Marques Guedes | Arménio Marques Ferreira | Cândido da Agra
| Carlos Henrique Chaves | Carlos Rodolfo | Casimiro Morgado | Conde Rodrigues
| Cristina Gatões | Cristina Soeiro | Dalila Araújo | Espírito Santo | Fernanda Palma |
Fernando Negrão | Fernando Reinares (Espanha) | Filipe Costa | Francisco Rodrigues
| Freire Nogueira | Heitor Romana | Helena Magalhães | Hermínio Duarte-Ramos | J. Telles
Pereira | J. Bacelar | Gouveia | João Alvelos | João Ataíde das Neves | João Alberto Correia
| João Domingues | João Rebelo | João Rucha Pereira | João Portugal | Jorge Braga de
Macedo | José Esteves Pereira | José Ferreira de Oliveira | José Fontes | José Lamego |
José Manuel Canavarro | José Silva Cordeiro | Luís Bernardino | Luís Fonseca de Almeida
| Luís Neves | Luís Tomé | Luís Trindade dos Santos | Manuel Palos | Manuel Pechirra | Maria
da Glória Morão Lopes | Maria do Céu Pinto | Maria Francisca Saraiva | Mário Morgado |
Mateus Silva | Miguel Monjardino | Miguel Sanchez de Baena | Miranda Calha | Mónica
Ferro | Oliveira Marques | Oliveira Pereira | Paulo Gorjão | Paulo Pereira de Almeida |
Paulo Valente Gomes | Paulo Viseu Pinheiro | Pezarat Correia | Pedro Clemente | Pedro
G. Barbosa | Pedro Salreu | Pedro Sousa | Pinto Ramalho | Proença Garcia | Reginaldo
de Almeida | Reinaldo Muralha | Reis Rodrigues | Ricardo Carrilho | Ricardo Pires | Rui
Paulo Figueiredo | Ruth Costa Deus | Teodósio Jacinto | Teresa Botelho | Vasco Franco |
Vitalino Canas

Assinaturas

Pode efetuar a assinatura em:
geral@segurancaedefesa.pt
ou pelo telefone 213 256 722

Editor Paulo Nogueis | **Diretor de Relações Externas** João Alvelos | **Propriedade**
Diário de Bordo, Lda | Rua Serpa Pinto, n.º 17 – 3.º Esq. 1200-443 Lisboa | **Tel.** 213 256 722
| **NIF** 507580222 | **E-mail** geral@segurancaedefesa.pt | **Redacção** Sofia de Carvalho |
Design e Paginação Paula Coelho Dias | **Tiragem** 5000 Exemplares | **ISSN** 1646-6071 |
Registo ICS 125005 | **Depósito Legal** 250319/06 | **Impressão** ACD PRINT, S.A.



O Sistema Internacional Contemporâneo e o Contexto Estratégico Mundial

ADRIANO MOREIRA

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Como mais de uma vez tenho concluído, o Sistema Internacional Contemporâneo caracteriza-se hoje pelo facto de o imprevisito estar à espera de uma oportunidade. Para iniciar a fundamentação desta desconfortável conclusão, comecei por tentar articular a definição de três referências que deram perfil ao século XX, de cuja herança nos ocuparemos sem encontrar princípios reitores de uma evolução querida em direção a objetivos participados. Em primeiro lugar, o facto de a Europa e o mais inclusivo Ocidente terem vivido duas guerras mundiais; depois a substituição da Ordem da ONU, assente nos princípios do Mundo Único, isto é, sem guerras, e da Terra casa comum dos homens, logo submetida pela Ordem dos Pactos Militares – NATO e Varsóvia, durante meio século que terminou com o derrube do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, na sequência de um processo que começa com o famoso Relatório de Khrushchov. Neste não muito longo período, a definição estratégica mundial sofreu alterações que se sucederam com uma rapidez não muito frequente na história: em primeiro lugar, foi curta na longa história a época da Europa Dominadora, que efetuou o que chamaram “la mainmise sur le monde”; a I Guerra Mundial entre 1914-1918, primeira parte do que foi chamada “Europa sangrenta”, sendo muito do sangue derramado pertencente a soldados portugueses, em França e na África, e terminou com o acatamento da posição do Presidente Wilson, no sentido de que o Estado-nação era o modelo: assim desapareceram o Império Alemão, o Império Austro-húngaro, o Império Turco, e o Império Russo. A estratégia da paz foi chamada pelo que se denominou “As ilusões de regresso à normalidade”. O Tratado de Locarno, de 3 de outubro de 1918, devido sobretudo a Aristide Briand (Prémio Nobel da Paz) e ao chanceler alemão Gustav Heinemann, prometeu uma “era de paz” na Europa, mas um general alemão comentou que era apenas um armistício. De facto, depois da crise dos anos 30, em que se destaca a guerra civil de Espanha, que um dito popular reduziu à sentença de que “los quatro generales - que se han alzado – para la noche buena – seran ahorcados”; as leis de Nurem-

berg de 15 de setembro de 1931, marcadas pela convicção de que a pureza do sangue alemão é a premissa da perpetuação do povo alemão, levaram finalmente ao desastre da guerra de 1939-1945, da qual Hitler ficou como referência do engano de Frederico da Prússia quando escreveu “O Anti-Maquiavel”: a Europa definitivamente deixou de ser a “luz do mundo”, dividida em duas pelo fim da aliança EUA-Rússia e obrigada pela carta da ONU a abandonar o Império Euro-mundista, partilhado entre a Holanda, a Bélgica, a França, o Reino Unido e Portugal, cada um desses titulares pagando um preço de guerra pela retirada. Não obstante os altos valores que a carta da ONU anunciou, este corte implicou que a Ordem Militar dos Pactos limitou as capacidades da ONU na área da segurança e da paz, e que a Europa procurasse na união europeia a reparação possível dos danos causados à soberania clássica, e na NATO, onde dominavam os Estados

O Sistema Internacional Contemporâneo caracteriza-se hoje pelo facto de o imprevisito estar à espera de uma oportunidade.

Unidos, a proteção da Europa Ocidental. Foi neste quadro que essa Europa Ocidental parte do Ocidente, mas já não “a luz do mundo”, teve um retorno com nova identidade, e sobretudo pela dinâmica da França, da Republica Federal Alemã e da Itália. Falou-se no milagre alemão com Adenauer (1949-1963) e o seu ministro da economia Ludwig Erhard, no “milagre italiano” mais modesto, e nas “trente glorieuses” francesas, os trinta anos de crescimento até à crise em que a economia e as finanças mundiais se encontram hoje. É no quadro desta crise que os dados tradicionais do alinhamento estratégico defrontam a maior complexidade. Por

um lado, por muito que tenha sido mantida a semântica, conceitos tradicionais que se tinham mundializado, mudaram de sentido. Em vez da clareza da soberania como capacidade de manter íntegros os valores da segurança interna e externa dos desejados Estado-nação de 1918, passou a diferenciar-se as hierarquias não apenas por poder militar, mas também pelas capacidades económicas, financeiras, científicas. Por outro lado, a mudança implicou lembrar a intervenção crucial do filósofo inglês Jeremy Bentham quando, por 1775, escreveu “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”, onde inventou o termo *internacional*, escrevendo: “Há que reconhecer que a palavra internacional é nova, embora se espere que seja suficientemente inteligível. Foi concebida para expressar de forma mais significativa, o ramo de direito que dá habitualmente pelo nome de Lei das Nações; é uma designação tão incaracterística que se não fosse a força do costume, parceria referir-se à jurisprudência interna.” De facto, tratou-se de reconhecer e autonomizar o significado que teve o acordo entre Carlos, o Temerário, Duque de Borgonha, e o rei de França, jurando que não pediriam ao Papa, por qualquer motivo, a anulação do seu acordo. A época dos *Tratados* iniciava-se. A partir de então, os beneficiários do poder foram os Príncipes, com variação de títulos a significar hierarquia, como imperador, rei, senhor de uma cidade independente. Aconteceu, porém que o problema que Bentham clarificou com a introdução da palavra internacional, na crise que vivemos começa a exigir um sentido novo e por isso se fala já em *governança*. De facto, ao mesmo tempo que um certo conservadorismo proclama a necessidade de reformar o Estado, uma questão mais desafiante ocupa-se a identificar as nossas interdependências para esclarecer o tema globalista de governar o mundo (Mark Mazower), uma questão menos angustiante do que a de Amin Maalouf, inquieto com “El desajuste del mundo - Cuando nuestras Civilizaciones se agotan”.

Falta à União um Conceito Estratégico, quando o problema da Memória, que lembra não haver futuro sem passado, vai alargando uma contradição com os Tratados que planearam o futuro no fim da II Guerra (...)

Tentemos enumerar alguns desafios, que inspiram estas questões. Em primeiro lugar, a crise da solidariedade entre parcelas europeias e os EUA, o que tende a substituir a divisão das Duas Europas, pela divisão entre dois Ocidentes. A linguagem inovadora para governantes, que o atual Presidente dos EUA esquece, quando exige da Europa pontualidade nos encargos financeiros de defesa da NATO, já depois de acabar o Sovietismo, sendo que, de todos os impérios ocidentais que desapareceram, sobrevive apenas o Imperio dos EUA, de cuja estrutura a NATO é parte: a manutenção dos princípios do destino manifesto do Atlântico-Pacífico, do big stick que não lembrou ao Abade Correia da Serra quando vaticinou ao seu amigo Jefferson, que caberia aos EUA controlar no norte do continente a longa série de poderes terrestres, e forças navais suas, ao redor da terra, definem

a fronteira de interesses desse império, em que a NATO está incluída. Por seu lado, a União Europeia, que possui estatutariamente uma segurança e defesa autónoma, clama agora, pela voz da sua vice-presidente da Comissão e responsável pelo tema, a formação de um exercito, mas sem apresentar, neste tempo de crise brutal, as previsões financeiras para o organizar.¹

Em vez da clareza da soberania como capacidade de manter íntegros os valores da segurança interna e externa dos desejados Estado-nação de 1918, passou a diferenciar-se as hierarquias não apenas por poder militar, mas também pelas capacidades económicas, financeiras, científicas.

Conviria acrescentar que a debilidade da União, evidencia algumas causas. Quando da queda do Muro de Berlim acolheu entusiasta a meia Europa liberta da URSS, sem programa que ponderasse a questão de juntar os países ocidentais democráticos com todos os que tinham vivido meio século de submissão à Rússia; desenvolveu as estruturas internas com uma política em que não participaram de regra os governos nacionais e os seus povos, o que explica muito do hoje chamado Populismo, de que é difícil encontrar definição, mas é impossível não receber as inquietações, como foi evidente com as últimas eleições francesas para a presidência; o Presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, recentemente, ao comparecer no Parlamento Europeu, para este avaliar o resultado de seis meses da presidência por Malta do Concelho, encontrou ali três dezenas dos 751 deputados, embora as assinaturas de presença fossem 703: não resistiu em chamar ridículo ao Parlamento, o bastante para meditar seriamente no relacionamento estrutural dos órgãos da União. Depois, falta à União um Conceito Estratégico, quando o problema da Memória, que lembra não haver futuro sem passado, vai alargando uma contradição com os Tratados que planearam o futuro no fim da II Guerra, pelo que a Alemanha hesita visivelmente entre ser a Alemanha europeia ou visar uma Europa alemã. Igualmente a Rússia, como se tornou evidente com o conflito da Crimeia, lembrando-se que a igreja Ortodoxa russa, quando os turcos tomaram Constantinopla, declarou que a primeira Roma caiu, a segunda Roma caiu, a terceira Roma (Moscovita) não cairá. Putin avisou, em discurso solene, que a sua fronteira de interesses é mais vasta que a fronteira geográfica, e voltou espetacularmente aos problemas do Médio Oriente, tendo presentes as questões caucasianas, e mostrando a sua aparente eficácia militar. Tanto quanto se pode observar, Putin desenha os alinhamentos segundo os seus interesses nacionais, procura equilíbrio nas suas relações com o Irão e a Síria, sendo claro que o Egito, os Emirados Árabes Unidos, a Jordânia e o Iraque procuram

¹ Mark Mazower, “Governar o Mundo”, edições 70, Lisboa 2017.



equilibrar as políticas dos EUA na região pelas cooperações variadas com Moscovo. Aparentemente caiu a questão dos direitos humanos com o Ocidente, não discutem a democracia e direitos humanos, a adesão da Ucrânia e da Geórgia a NATO está em suspenso. Na conclusão do Ramses de 2017, "As Relações da Rússia com o Ocidente estão gripadas". O mesmo problema da memória despertou a China de Xi Jinping para a ambição de voltar aos mares que navegou antes da nossa chegada, e, como dizem os marinheiros, mostrou a bandeira, e não leva a bem que apareçam mapas sobre o país que não incluam nem o Tibete nem Taiwan. A Turquia, com o atual presidente, parece demonstrar que a única força democrática eram as Forças Armadas moldadas por Atatürk, e a sua adesão a União Europeia parece definitivamente em suspenso. Ao lado disto, o desafio dos "emergentes", na área económica e também no aproveitamento dos avanços técnicos que permitem ao fraco vencer o forte, como no caso das Torres Gémeas de Nova Iorque e, como diz Thierry de Montbrial, não estamos nem em 1894, nem em 1914: o que caracteriza o início do século XXI não é um regresso ao passado, mas ao aprofundamento vertiginoso de uma revolução tecnológica e económica, social e política, sem precedente na história da humanidade.²

Pergunta-se se o Brasil, hoje em desesperante crise, a Rússia, a Índia, a China, a África do Sul, serão os líderes do amanhã. Foi uma questão levantada por James O'Neill em 2001, apontando para um horizonte de 2050. Afirma que, ao contrário do que se passou com os primeiros emergentes, chamados os "dragões", (Hong Kong, Coreia do

Sul, Singapura, Taiwan), que se evidenciaram no fim da II Guerra Mundial, a posição dominante do Ocidente estará hoje ameaçada por estes chamados BRICS. É nestas circunstâncias que se torna extremamente relevante a relação da Europa com a África. Desde que o fim do Império Euromundista foi percebido como inevitável, a ideia de uma solidariedade Euroafricana pareceu uma solução de evolução possível. O primeiro projeto foi de origem francesa, com a chamada Comissão de Cooperação Técnica em África, que teve uma vida efémera na década de 50, e morreu sem certidão de óbito. Mas essas temáticas ignoraram que os governos coloniais extintos eram extrativos e não inclusivos, que as fronteiras eram obra dos colonizadores, que a Nação não era uma realidade, que o grito mais frequente era – "Deixem passar o meu povo", pelo que a variedade e instabilidade africana está ligada ao modelo de estado extrativo e não inclusivo. Na África Subsariana temos os modelos de reino (Suazilândia), ditadura marxista (Eritreia), república islâmica (Mauritânia e Gambia), partido hegemónico (Angola, Etiópia), democracia sem alternância (Camarões, Gabão), democracias com alternância (Benim, Senegal, Gana), regimes autoritários (Togo, Uganda, Zimbabwe), estados falidos (República Centro-africana). Os conflitos armados são frequentes, pretende-se que do Cabo ao Cairo umas 400 mil crianças entram em combates. Num ensaio abrangente Aline Leboeuf conclui que "A África subsariana está duramente atingida pelos ataques terroristas." Os exércitos estão na primeira linha contra esse terrorismo que se territorializa e exige por vezes uma estratégia de contra insurreição. Os esforços internacionais para reforçar os exércitos africanos confiáveis são essenciais. Mas, para além disso, é uma aproximação global, integrada, da luta antiterrorista que importa

² Thierry de Montbrial, Ramses, 2015, pág. 27



organizar. Em 1933, H.G. Wells escrevendo "The shape of things to come", tinha profetizado o triunfo do governo mundial, chamando manifestamente à única solução que considerava possível para o problema humano. Aquilo com que nos defrontamos neste ano de 2017 é com um "Mundo de Roturas", aquilo que Amin Maalouf, muçulmano, chamou "El desajuste del mundo". Este "desajuste" tem que ver com a ineficácia de dois princípios, que são proposta da "Carta da ONU" e da "Declaração universal dos direitos Humanos": o "Mundo Único", isto é sem guerra, e "A Terra casa com o Mundo dos Homens", isto é sem as carências das multidões que fogem da iniquidade. E aqui, de facto, assim como Bentham sentiu a necessidade de utilizar a palavra "Internacional" para designar as leis acima da soberania dos vários Estados, agora, o cisne negro que é o globalismo começa a exigir a palavra "Governança"³. Uma vez trata-se de reconhecer centros de cooperação ou decisão conhecidos, como acontece com o G.20, embora sem cobertura Jurídica, mas trata-se, sobretudo na área financeira, de centros de decisão sigilosos, na composição, na dimensão, no poder. Trata-se de dominar a intimidade dos estados e das pessoas, de criar o excesso de informação que domina a opinião de construir a identidade, de orientar as decisões dos Estados, com abuso da ciência e da técnica abrangidas numa usada "Estratégia do Saber".

E aqui estamos no ponto mais grave da situação estratégica mundial, no que chamo "A Cascata Atómica". O ilustre Hans Kung, no volume que dedicou ao Islão, evidencia que as religiões de origem chinesa, o Confucionismo e o Taoísmo, as religiões de origem Hindu, o Hinduísmo e Budismo, tiveram um encontro não conflituoso com o Cristianismo. Ao contrário, as religiões que nasceram no Médio Oriente, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, embora tendo uma origem participada, guiaram-se pelo princípio do inimigo. O famoso Samuel Huntington, já em 1993, concluiu que "As fronteiras do Islão estão manchadas de sangue". Nesta data, o conceito inimigo coloca-nos perante o facto, sem precedentes, de estar nas mãos de homens pouco esclarecidos a capacidade de destruir a Terra.

*As religiões que nasceram
no Médio Oriente,
o Judaísmo, o Cristianismo e
o Islamismo, embora tendo uma
origem participada, guiaram-se pelo
princípio do inimigo.*

³ Aline Leboeuf, "Les armées africaines et la lutte contre le terrorisme", ramsey, 2017, pág. 84
Mark Mazower, "Governar o Mundo", Lisboa, Ed. 70, 2017, pág. 27
Amin Maalouf, "El Desajuste del Mundo", Alianza Editorial, Madrid, 2009

Quando a chamada Segunda Guerra Mundial (1939-1945) chamou os EUA, atingido pelas armas do Japão, a assumir a participação na defesa dos ocidentais, os sábios america-

nos contribuíram com a posse do poder atômico. É certo que os investigadores responsáveis, depois da experiência a que procederam dos resultados obtidos, declararam, e aconselharam, ao que parece, que tal poder militar nunca fosse utilizado. Não foram atendidos, e o terrível bombardeamento do provocador Japão, causador de uma pavorosa destruição de pessoas e bens, imediatamente o obrigou à submissão de vencido. Todavia, esta experiência, mais demonstrativa do que o aviso descuidado dos investigadores, teve dois efeitos: a tentativa de evitar o pluralismo de detentores soberanos deste poder, e o facto de os EUA serem o único Estado sabedor de que a tentação de usar a bomba move o poder político que o tenha conseguido.

*O perigo cresce enquanto decresce
o respeito pelos princípios que
orientaram a paz, a criação da ONU,
a União Europeia, a igual dignidade
das culturas, das etnias
e das crenças.*

A política de prevenção contra a multiplicação de titulares foi adotada, com esquecimento de que o saber, e o fazer, em todos os domínios, dificilmente deixam de circular, umas vezes porque naturalmente são um património comum da humanidade, e sempre ameaçados, em todos os domínios, pelo credo do mercado. Juntando-se aos pregadores do otimismo, R. Wright (Non Zero. The logic of Human Destiny, 2001), acompanha a convicção de que a evolução está orientada para uma meta, ou, pelo menos, dirige-se a fins benéficos, independentemente de variáveis medioambientais contingentes. Pensamento reduzido a esta afirmação fundamental resumida pela sua divulgadora teóloga Ilia Delio: “a história progride numa direção previsível e aponta para um fim determinado: um mundo de crescente cooperação entre os seres humanos, em que a cobiça e o ódio já não tenham utilidade”. Nesta data, que desafia a doutrina e pregação de todos os pacifistas, incluindo, quanto aos ocidentais, um Friedrich Krause, esperançoso da Aliança da Humanidade, ou de Coudenhove-Kalergi e Otão de Habsburgo ao menos para os europeus, a evolução inclui uma Cascata Atômica, que junta os que possuem esse poder, os que têm a capacidade de o obter, e os que fazem um esforço considerável para chegarem ao grupo. Infelizmente, neste ano da graça de 2017, a ainda considerada mais poderosa potência mundial que são os EUA, e um dos mais pequenos Estados nascidos da descolonização, que é a Coreia do Norte, ambos dão sinais inequívocos de que a Cascata Atômica chegou a um ponto sem precedente histórico: está pela primeira vez nas mãos de homens, com alianças contraditórias, a destruição da própria terra. As duas últimas guerras mundiais, pelos destroços que causaram, pareceram ser uma chamada imperativa e obedecida ao conceito de Aliança da Humanidade, mas não parece que esse espírito seja o capaz de clarificar o pensamento, e a relação, dos principais Estados das novas confusas hierarquia e ordem em que o mundo vive. Não apenas é reduzida a confiança, por razões diferentes, que a comunidade internacional deposita nos dois principais dirigentes em confronto, como



por vezes parece que na sua memória perduram lembranças do conflito que dominou o século passado entre democracias ocidentais, democracias populares soviéticas, nazismo, fascismo, mitos raciais. O perigo cresce enquanto decresce o respeito pelos princípios que orientaram a paz, a criação da ONU, a União Europeia, a igual dignidade das culturas, das etnias e das crenças. A questão do Catar, de tão inoportuna proximidade da reunião do G20, talvez desvende formalmente os objetivos, a estudar com cruciais atenções, e a exigirem acordo na articulação, mas o ambiente dificilmente inspira suficiente confiança, que, para começar, exige retomar a leitura e praticar os princípios que constam dos textos da Carta da ONU, e da Declaração de Direitos. Que pelo menos acordem sinceramente em que a Cascata Atômica não pode continuar a ser a maior ameaça de um ponto final na possibilidade de um futuro. Já é suficiente que pelo menos metade dos Estados inscritos na ONU não tenham capacidade de responder aos desafios da natureza, em que um dos mais responsáveis gestores mundiais não acredita. O mundo das desigualdades cresce, em contradição com o avanço da ciência e da técnica, esta a cooperar na violação e negação das proclamadas igualdade e dignidade das Nações, sendo impossível responder à insistente pergunta sobre quem governa o mundo. É urgente repensar os princípios, antes que a desordem opte por um ponto final, com a cascata atômica em mãos não confiáveis.

Instituto Universitário Militar
11/09/2017

Alterações Climáticas em África: Vulnerabilidade e Conflitos

NELSON LOURENÇO

Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Presidente do Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança (GRES) e membro da Direcção do Instituto de Direito e Segurança (FD-UNL).
Investigador do CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

CARLOS RUSSO MACHADO

Geógrafo. Investigador do CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
Docente do Curso de Mestrado em Gestão do Território da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

África é um dos continentes mais vulneráveis à Mudança Global, em grande parte devido à limitada capacidade de adaptação agravada pela interacção de múltiplas pressões ambientais, pela pobreza generalizada e pelos baixos níveis de desenvolvimento. A identificação dos principais desafios que África enfrenta, neste princípio do séc. XXI, não é tarefa fácil. Aliás, a rapidez das mudanças e a incerteza, que caracterizam a modernidade, são acompanhadas da obsolescência também rápida dos diagnósticos e das análises. África é também uma das geografias de maior instabilidade política a que se associam uma plêiade de conflitos de natureza social e militar, que ocorrem quer no interior das fronteiras de um Estado, quer transfronteiriços. Associados à pobreza e à fragilidade de muitos dos estados africanos este ambiente de insegurança torna o continente extremamente vulnerável às consequências das alterações climáticas particularmente das situações extremas, sejam períodos prolongados de seca sejam anos de intensa pluviosidade.

Introdução

África, segunda massa continental após a Ásia, é um continente de extremos. Das exuberantes florestas tropicais às regiões áridas e desérticas, é grande a diversidade de contextos ambientais que caracteriza este continente e que, de algum modo, influenciaram a distribuição da população e das suas actividades económicas. Apesar da abundância de recursos naturais, a economia do continente Africano, no seu todo, é marcada pelos sistemas de produção agrícola que, em média, ocupam cerca de 65% da população, embora a sua contribuição para a criação de riqueza seja relativamente baixa (Chauvin *et al.*, 2012). Segundo o estudo *Poverty in a Rising Africa*, do Banco Mundial, este é também o continente onde 330 milhões de pessoas (43% da população) vivem em situação de pobreza extrema; o continente onde, apesar da redução da taxa de pobreza, em 2016 existiam mais 100 milhões de pessoas em pobreza

extrema do que 1990, por efeito do rápido crescimento demográfico; segundo as projecções do Banco Mundial, o número de pessoas em pobreza extrema continuará a aumentar (Beegle *et al.*, 2016).

África é também uma das regiões de maior instabilidade política a que se associam uma plêiade de conflitos de natureza social e militar, que ocorrem quer no interior das fronteiras de um Estado quer transfronteiriços. Associado à pobreza e à fragilidade de muitos dos estados africanos, este ambiente de insegurança torna o continente extremamente vulnerável às consequências das alterações climáticas, particularmente das situações extremas, sejam períodos prolongados de seca sejam anos de intensa pluviosidade.

As transformações dos sistemas produtivos resultantes da necessidade de adaptação às alterações climáticas, particularmente ao nível dos recursos associados à subsistência das populações, como a água e a terra arável, têm um impacto



significativo sobre a segurança imediata e futura das sociedades africanas. Acresce que a maioria dos Estados africanos não tem demonstrado possuir a capacidade de adoptar e aplicar políticas de adaptação aos efeitos das alterações climáticas, o que contribui para reforçar e ampliar a instabilidade política e social preexistente, criando um ambiente propiciador à ocorrência de conflitos violentos.

De acordo com o IPCC (2014), África é, no seu todo, um dos continentes mais vulneráveis às alterações climáticas, devido à limitada capacidade de adaptação agravada pela pobreza generalizada e pelos baixos níveis de desenvolvimento. Esta é também a opinião das Nações Unidas, das agências internacionais para o desenvolvimento, do Banco Mundial e do Banco Africano para o Desenvolvimento. Os principais impactos das alterações climáticas estão relacionados com o aumento do *stress* dos recursos hídricos, a redução da produtividade agrícola e a mudança de padrões de distribuição e incidência de doenças transmitidas pela água ou por insectos (CDKN, 2014). Deste modo, é fundamental compreender que as alterações climáticas podem pôr em causa objectivos fundamentais das políticas sociais e económicas, como o crescimento económico, a equidade e o desenvolvimento sustentável. Sendo este um dos maiores desafios ao Desenvolvimento que o Continente enfrenta, dois outros são obrigatoriamente de reter pela relação que estabelecem entre si: o forte crescimento demográfico, em geral, e uma urbanização que cresce a um ritmo impressionante, em particular.

Em 1950, a população do continente Africano era de cerca de 230 milhões de habitantes (quase 10% da população mundial), em 2015 atingia os 1.186 milhões, estimando as

Nações Unidas que mais do que duplique até 2050 (cerca de 2,5 mil milhões). Em meados do século XXI, um quarto da população mundial prevista será africana, com o continente a apresentar a maior taxa de crescimento demográfico do mundo. Uma parte significativa desse aumento ocorrerá na África subsaariana: trinta e um dos 51 países da sub-região deverão mais do que duplicar a sua população na década de 50 do século XXI (UNDESA, 2015, Mutunga *et al.*, 2012).

Embora continue a ser o continente menos urbanizado, África é a região que apresenta as maiores taxas de crescimento da população urbana: até 2050 estima-se que a população a viver em cidades triplicará, representando dois terços da população total. Por essa altura a população urbana terá atingido valores próximos dos registados nos países desenvolvidos, mas a um ritmo de crescimento muito acelerado.

O factor demográfico é reconhecido como uma das mais importantes forças motoras das alterações climáticas e da mudança ambiental global. No caso de África, o facto das taxas de crescimento da população e de urbanização serem bastante superiores às do crescimento económico amplificam o impacte da pressão demográfica sobre o ambiente e os recursos naturais.

A desertificação assume neste quadro um papel significativo. As regiões áridas constituem cerca de dois terços do continente africano e aproximadamente três quartos dos solos utilizados na agricultura, nestas regiões, têm vindo a ser referenciados como estando a ser menos produtivos. Já em finais de 1995, cerca de 45% da população africana vivia em regiões áridas com predisposição à desertificação (IPCC, 1996).



Os efeitos das alterações climáticas são múltiplos (secas, desertificação, desastres naturais) e poderão ser devastadores para sistemas de produção alimentar já de si frágeis como os de África. O relatório *Africa's Adaptation Gap*, do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP, 2015), refere com preocupação este quadro de extrema vulnerabilidade ambiental do Continente Africano, nomeadamente pelo facto de mais de 65 % da população continuar a viver em áreas rurais, constituindo a agricultura a sua única fonte de rendimento (UNEP, 2015).

Mas os impactes das alterações climáticas e da mudança ambiental far-se-ão sentir, não apenas sobre a agricultura, mas também sobre os ecossistemas em geral, afectando a qualidade de vida das populações e o aumento da pobreza, a segurança alimentar e a biodiversidade. O impacte das alterações climáticas é já hoje visível no aumento do êxodo para as cidades em muitas regiões do Continente, devido à desertificação, à diminuição do potencial produtivo dos solos e ao aumento das populações deslocadas motivado por grandes desastres naturais. Em 2012, e paradoxalmente num continente afectado por grandes secas, 8,2 milhões de pessoas deslocaram-se, no continente africano, para fora das suas terras por força de inundações (Yonetani, 2013). As consequências económicas das alterações climáticas são também visíveis no PIB de alguns países e irão exigir medidas de adaptação e de mitigação muito onerosas para a economia dos países africanos (UNEP, 2015).

A contribuição insignificante do continente Africano para as emissões globais de CO₂, contrasta fortemente com a

vulnerabilidade desta região às alterações climáticas¹ (IPCC, 2007 e Canadell *et al.*, 2009). Este facto mostra como este problema é global, necessitando África da cooperação internacional para enfrentar as ameaças e desafios colocados por esta mudança ambiental. Só deste modo será possível enfrentar os elevados custos económicos² associados à implementação de medidas de adaptação e de mitigação das alterações climáticas e da mudança ambiental global que contribuam, de igual modo, para melhorar os níveis de desenvolvimento da população deste continente.

O conhecimento actual sobre o desenvolvimento sustentável obriga, no entanto, a ir além da preocupação com as alterações climáticas. É hoje consensual entre a comunidade científica que é fundamental ter capacidade e vontade de adoptar medidas que compreendam e abranjam os múltiplos aspectos da mudança ambiental global e que estão associados à gestão sustentável das cidades e dos recursos naturais, nomeadamente dos recursos hídricos, à implementação de práticas agrícolas e de gestão das florestas mais sustentáveis.

Com efeito, os impactos das alterações climáticas têm ser analisados numa perspectiva multidimensional, que integre os seus efeitos - que poderão vir a ser devastadores em sociedades mais frágeis e com menor capacidade de adaptação e de mitigação - sobre o desenvolvimento sustentável e bem-estar das populações. Embora não seja possível estabelecer, à luz do conhecimento actual, uma relação de causalidade directa entre alterações climáticas e conflitos é uma realidade aceite que estas contribuem para o empobrecimento, estando na origem de situações de violência estrutural (incluindo neste conceito a fome, o não acesso à saúde e a água potável ou ao saneamento básico, as migrações forçadas) que se associam e amplificam a insegurança e a instabilidade política e social.

1. Alterações Climáticas e Mudança Ambiental Global: uma questão de conceitos

No Sistema-Terra os processos físicos e biológicos interatuam com as actividades humanas e determinam as condições ambientais globais dominantes. A espécie humana sempre influenciou o seu ambiente, contudo, essa influência tornou-se global na actualidade e os seus impactos afectam o funcionamento deste sistema global (Steffen *et al.*, 2004; Rockström *et al.*, 2009).

A Mudança Ambiental Global é, assim, um conceito bastante mais abrangente do que as suas manifestações, mais divulgadas: Aquecimento Global, ou Mudança Climática. Na verdade, as mudanças na concentração de gases na atmosfera, as mudanças de uso do solo, as mudanças na diversidade biológica, as mudanças na população humana, estão na origem de outras mudanças que afectam o funcionamento e a estrutura dos ecossistemas e que condicionam

¹ Entre 1980-2005, África foi responsável por cerca de 2,5% das emissões globais de CO₂ (Canadell *et al.*, 2009). Embora continue reduzida, no contexto global, estima-se que a taxa de crescimento destas emissões aumente, durante o século XXI, acima da média mundial em resultado do aumento da população e do crescimento do Produto Interno Bruto.

² De acordo com o IPCC (2007), em África, os custos de adaptação poderão ser de pelo menos 5 a 10% do Produto Interno Bruto.



as formas como a sociedade tem de gerir, mitigar e adaptar-se a essas mudanças. Neste sentido a Mudança Global deve ser entendida como as interações das mudanças induzidas pelos processos naturais e pela acção humana no ambiente global e as suas implicações no funcionamento da sociedade (Adger *et al.*, 2005 e Syvitski, 2012).

Os desafios colocados pelo reconhecimento destes problemas, e de que o crescimento económico é estrangido pelas questões ambientais, obriga a que ciências biofísicas e ciências sociais colaborem no sentido de investigar de que forma a mudança global irá afectar temas cruciais como: a segurança alimentar, a disponibilidade de água, o consumo de energia, e a saúde humana (IGBP, 2006).

A utilização que a sociedade faz do solo, água, minerais e outros recursos naturais, assim como a emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera, aumentou mais de dez vezes no último século (Martens *et al.*, 2000). As projecções de aumento da população mundial e de crescimento económico global contribuem para aumentar esta pressão sobre o ambiente, pelo menos até que ocorram mudanças radicais ao nível tecnológico e ao nível dos padrões de consumo. Governos, instituições, empresas e cidadãos estão cada vez mais sensibilizados para a necessidade de encontrar medidas de resposta a esta degradação global do ambiente que põe em causa os modelos actuais de desenvolvimento.

As mudanças ambientais afectam global e regionalmente os sistemas sociais. Por exemplo, a diminuição de terras aráveis ou a destruição da cobertura vegetal ou dos recursos hídricos afectam quer as actividades económicas, quer

as condições de vida das populações. Este enquadramento conduz a uma das principais questões da investigação sobre Mudança Global: Como conciliar as pressões antropogénicas com a sustentabilidade do ambiente?

As mudanças ambientais afectam global e regionalmente os sistemas sociais. A diminuição de terras aráveis ou a destruição da cobertura vegetal ou dos recursos hídricos afectam quer as actividades económicas, quer as condições de vida das populações.

O estudo da mudança global desenvolvido nas últimas décadas contribuiu para que se compreendesse que esse processo de mudança se encontra dependente quer do funcionamento do meio físico, quer do papel desempenhado pelas actividades humanas. Esta visão mostra-nos que estes sistemas interagem de acordo com uma lógica reflexiva: os sistemas sociais mudam ao mesmo tempo que induzem mudanças no ambiente e no território. Deste modo, os impactos das actividades humanas e as consequências da degradação ambiental para a actividade do Homem não podem ser considerados em separado, dado que se encontram profundamente relacionadas.

2. Os Desafios da Mudança Ambiental em África

A complexidade crescente da sociedade global, a mundialização neoliberal da economia, a revolução das tecnologias de informação e de comunicação, a emergência de uma sociedade crescentemente multiétnica e multicultural, o impacto das migrações e da mobilidade das populações, a evolução das espiritualidades e do papel da religião no quadro da sociedade moderna, a situação dos países emergentes do Sul, a persistência da pobreza e o papel significativamente importante das alterações climáticas e da mudança ambiental global constituem o quadro essencial de referência dos problemas que a Humanidade enfrenta num mundo de incerteza.

Neste contexto global e complexo, os países em desenvolvimento aparecem como os mais frágeis e menos preparados para fazer face às alterações climáticas e onde os impactos da mudança ambiental poderão ser mais severos, em virtude de serem também os países com menor capacidade de adoptar medidas de adaptação e de mitigação. A rapidez e a interdependência crescente das mudanças em todas as esferas da vida social, a desterritorialização das ameaças e dos riscos, com a consequente alteração da noção de escala pela interpenetração do local, do regional, do nacional, do continental e mundial constituem desafios acrescidos da sociedade moderna.

A identificação dos principais desafios que a África enfrenta neste princípio do séc. XXI não é assim tarefa fácil. Aliás, a rapidez das mudanças e a incerteza que caracterizam a modernidade são acompanhadas da obsolescência também rápida dos diagnósticos e das análises. A Ciência e as tecnologias são hoje actores importantes destes processos, interferindo nas relações sociais, políticas e económicas, nos sistemas produtivos e de conhecimento e nas tomadas de decisão.

A rapidez e a interdependência crescente das mudanças em todas as esferas da vida social, a desterritorialização das ameaças e dos riscos, com a consequente alteração da noção de escala pela interpenetração do local, do regional, do nacional, do continental e mundial constituem desafios acrescidos da sociedade moderna.

Embora a mudança ambiental não seja uma novidade em África, o ritmo das mudanças acelerou nas últimas décadas (UNEP, 2008). Em África, o crescimento populacional, a rápida urbanização, as alterações climáticas, as escolhas insustentáveis de desenvolvimento e a governança frágil persistem como desafios críticos para atingir, a nível regional, as dimensões ambientais e sociais das metas de desenvolvimento (UNEP, 2012).



O IPCC (2014) e a UNEP (2015) identificam como principais impactos da mudança ambiental global, em geral, e das alterações climáticas, em particular, os seguintes:

- Durante o século XXI, as temperaturas no continente Africano, nomeadamente nas regiões mais áridas, tendem a subir mais rapidamente do que em outros continentes. As mudanças na temperatura média do ar serão maiores no Norte de África e na África Austral, e menores na África Central;
- Apesar de maior incerteza, as projecções mostram, a partir de meados do século XXI, uma diminuição muito provável na precipitação média anual na África Austral (nomeadamente durante os meses de Junho a Agosto), e um aumento provável da precipitação média anual na África Central e Oriental;
- Tendência de aumento de frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos, incluindo períodos de seca, inundações e ondas de calor;
- A subida do nível do mar (que no cenário mais extremo pode corresponder a uma elevação de 1 m, no final do século) constitui uma ameaça às comunidades e actividades económicas do litoral africano;
- Diminuição da produtividade da pesca e da agricultura, nomeadamente na África Subsariana, em função do aquecimento geral da atmosfera e dos oceanos;
- A saúde humana será afectada pelos riscos associados a eventos climáticos extremos e pelo aumento da incidência de doenças infecto-contagiosas e subnutrição.

É este o quadro de ameaças que faz de África, segundo as agências internacionais, o continente mais vulnerável à Mudança Global, vulnerabilidade que é agravada pela interacção de múltiplas pressões ambientais com os baixos níveis de capacidade de adaptação.

A Mudança ambiental global e as alterações climáticas irão criar novos riscos e amplificar os já existentes para a sociedade e o ambiente natural. No entanto, estes riscos serão distribuídos de forma desigual e serão, em geral, maiores para as pessoas e comunidades mais desfavorecidas. Neste quadro geral, a vulnerabilidade aos impactos da mudança global não será idêntica em todos os países do continente. Contudo, é possível indicar algumas tendências gerais que constituem verdadeiros desafios ao desenvolvimento nesta região e que contribuem fortemente para agravar a vulnerabilidade e a fraca capacidade de adaptação do continente africano à mudança ambiental global (Otter, Olago e Niang, 2007):

- Pobreza crescente e generalizada e recursos financeiros limitados;
- Grande dependência dos rendimentos familiares relativamente a actividades que assentam na utilização de recursos naturais como os solos, a água e a floresta;
- Crescimento da população muito rápido, estimando-se que mais do que duplique até 2050;
- Forte dependência das economias de muitos países relativamente a um sector agrícola de baixa produtividade;
- Fracos níveis de bem-estar humano, estando a generalidade dos países africanos nos níveis mais baixos do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas;
- Grande prevalência de doenças sensíveis aos elementos de clima (malária, meningite, cólera, febre do Vale do Rift);
- Baixos níveis de qualificação e de desenvolvimento tecnológico;
- Sistemas de governança frágeis;
- Persistência de conflitos regionais armados violentos.

Todos estes factores afectam a capacidade de África para lidar com a mudança ambiental global. A identificação de estratégias destinadas a mitigar os efeitos da mudança global necessita de envolver de forma integrada: o desenvolvimento socioeconómico e os sistemas de governança, as estratégias de adaptação e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

A necessidade de implementar estratégias de adaptação, de modo a que o impacto da mudança global possa ser minimizado, é particularmente acutilante em África. Isso deve-se principalmente ao facto de, devido aos elevados níveis de pobreza, as prioridades nacionais de muitos países africanos estarem centradas em torno do desenvolvimento económico, desvalorizando a adaptação e mitigação das alterações climáticas ou de outras mudanças ambientais. Para além disso, as competências técnicas insuficientes, a baixa capacidade de investigação e de inovação, a falta de instituições capazes de lidar com a adaptação e governança, conduziram muitas comunidades a implementar medidas tradicionais de adaptação, de baixo custo, para lidar com a mudança ambiental. No entanto, estas não são suficientes para enfrentar os efeitos da mudança global. São necessários esforços para melhorar as tecnologias tradicionais, apoiando a oportunidade para a introdução de tecnologias inovadoras e mais eficientes.

Em África, a definição de estratégias de mitigação e de adaptação à mudança global enfrenta ainda uma dificuldade acrescida devido à escassa disponibilidade de informação e

de dados fiáveis, que permitam a adequação das estratégias às condições (ambientais e socioeconómicas) locais.

2.1 Uma população que se urbaniza rapidamente

Em 2015, a população de África atingiu cerca de 1.186 milhões de habitantes, tendo crescido 2,56% por ano, entre 1950 e 2015, quase um ponto percentual a mais do que a taxa de 1,66% por ano registada para a população mundial (UNDESA, 2015). Para além disto, as Nações Unidas estimam que, entre 2000 e 2050, a população do continente africano terá a taxa de crescimento mais rápida do mundo, o dobro da taxa de qualquer outra região durante esse período (UNDESA, 2013).

A Mudança ambiental global e as alterações climáticas irão criar novos riscos e amplificar os já existentes para a sociedade e o ambiente natural.

A África tem sido o grande contribuinte para o rápido crescimento da população urbana mundial verificado nas últimas décadas. Contudo, continuará a ser o Continente menos urbanizado. Entre 1950 e 2000 a sua população urbana multiplicou-se por 9, passando de 32 para 279 milhões de pessoas; em 2030, cerca de metade da sua população viverá já em centros urbanos: 53,5% contra valores acima dos 70% nas restantes regiões do mundo que iniciaram décadas antes o seu processo de urbanização (UN-Habitat, 2010; UNDESA, 2012).

O continente africano tem de se preparar para um aumento da população total de cerca de 60%, entre 2010 e 2050, com a população urbana a triplicar para 1,23 mil milhões durante este período (UN-Habitat, 2010). Em 2010, existiam em África 47 cidades com mais de um milhão de habitantes, cuja população combinada era no total de cerca de 126,4 milhões de pessoas. A população total destas 47 cidades aumentou 17,3 milhões, entre 2005 e 2010. Uma vez que, no mesmo período, a população urbana total aumentou 63,8 milhões, torna-se claro que as maiores cidades apenas estão a absorver uma parcela relativamente pequena (27%) das pessoas que se deslocam em direcção às áreas urbanas para aí passarem a residir. A maior parte (73%) deslocou-se para as cidades com populações inferiores a um milhão de habitantes (UN-Habitat, 2010).

2.2 Água: a competição por um recurso

A disponibilidade e o acesso à água doce é uma condicionante importante dos padrões de crescimento económico e de desenvolvimento de qualquer sociedade (Lourenço et al., 2006). Esta situação é particularmente importante em África, onde a maioria das pessoas vive em áreas rurais

e está fortemente dependente da agricultura para a sua subsistência.

O continente africano é provido de recursos hídricos em abundância. No entanto, fenómenos naturais, tais como os padrões espaciais de precipitação, a variabilidade natural no regime das chuvas e as alterações climáticas, juntamente com factores humanos, tais como o crescimento da população, a competição pelo recurso, e a sua degradação por poluição, ameaçam cada vez mais a sustentabilidade dos recursos hídricos neste continente (UNESCO, 2009).

Os recursos hídricos renováveis para o conjunto de África atingem cerca de 3.930 km³, ou seja menos de 9% dos recursos hídricos renováveis globais (Frenken, 2005). O consumo de água *per capita*, em África, é de cerca de 31m³ por ano, sendo comparativamente menor do que em outras regiões, como, por exemplo, na América do Norte onde cada pessoa consome, em média 221m³ por ano (UNESCAP, 2007). A agricultura é, de longe, a responsável pela maior parte da captação e do consumo de água em África. A irrigação de terras agrícolas regista-se, fundamentalmente, nas regiões áridas e semiáridas do norte e do sul do continente e ao longo do Sahel. Nestas áreas, a maior parte dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos são fortemente explorados.

A escassez económica de água pode ser ultrapassada de forma relativamente rápida e eficaz através da construção de infra-estruturas simples para recolher a água das chuvas e de barragens (...)

A falta de água restringe frequentemente as actividades humanas, nomeadamente a agricultura, enquanto a poluição da água diminui a sua disponibilidade sendo uma fonte de doenças. As alterações climáticas irão agravar esta situação. Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas em África enfrentem condições de escassez de água. Em 2050, estima-se que as zonas afectadas por escassez de água na África subsaariana aumentem em 29% (UNEP, 1999). A captação e o consumo de água têm aumentado nas últimas décadas. Contudo, os recursos hídricos disponíveis do continente têm vindo a diminuir, principalmente como resultado de situações de seca persistente e de mudanças nos padrões de uso do solo (UNEP, 2008).

A maioria da população da África subsaariana encontra-se exposta a uma situação de escassez económica de água. Esta escassez resulta da população não possuir os meios monetários necessários para utilizar fontes adequadas de água. Motivos políticos e conflitos étnicos têm contribuído para esta distribuição desigual de recursos. A escassez económica de água pode ser ultrapassada de forma relativamente rápida e eficaz através da construção de infra-estruturas simples para recolher a água das chuvas e de barragens, mas isso requer investimentos económicos que

muitas dessas áreas não possuem devido a uma ausência de desenvolvimento industrial e pobreza generalizada (Molden, 2007).

2.3 A desflorestação

De acordo com o mais recente *Global Forest Resources Assessment - 2015*, estima-se que a área florestal, em África, esteja perto de 624 milhões de hectares, o que representa cerca de 16% da área florestal mundial e 21 % da área total do continente (FAO, 2015).

A taxa de desflorestação em África é maior do que em qualquer outro continente, embora esteja a diminuir desde a década de 1990 (Kelatwang e Garzuglia, 2006). Houve uma redução na taxa líquida de perda de florestas na região, que passou de 4 milhões de hectares por ano (0,56% / ano), na década 1990-2000, para 3,4 milhões de hectares por ano (0,49% / ano) na década 2000-2010 e para 2,8 milhões de hectares por ano (0,49% / ano), durante o período 2010-2015 (FAO, 2015). Produção de madeira, conversão de terras para a agricultura e urbanização, incêndios florestais, corte para lenha e carvão vegetal, e distúrbios civis são as principais causas da desflorestação em África, impulsionadas na maior parte dos casos pelo crescimento da população.

A conversão de florestas em terras agrícolas é necessária para a produção de alimentos, mas esta desflorestação afecta negativamente os ecossistemas locais, havendo perda de habitats. Para além disso, a desflorestação é, em África, um dos principais motivos para a degradação do solo, especialmente quando seguido por intensificação da agricultura e pelo aumento das áreas de pastagens para a produção pecuária.

2.4 A desertificação e degradação dos solos: uma ameaça à segurança alimentar

A desertificação³, apesar de não ser um fenómeno recente, pode ser considerada como um dos mais graves problemas ambientais da actualidade. Desde a década de 1970 que se começou a observar a intensificação de processos de desertificação, em função de mudanças drásticas no uso do solo, modificações nos balanços hídricos, extracção abusiva das águas subterrâneas, salinização e contaminação dos solos e água, incêndios, abandono de práticas de conservação dos solos, entre outros comportamentos menos sustentáveis de utilização dos recursos naturais.

Estima-se que, em África, a degradação dos solos, enquanto processo de redução da capacidade dos solos para produzirem alimentos ou materiais, afecte 65% dos solos agrícolas, 31% das áreas de pastagem e 19% da superfície florestal (Oldeman, 1994 e WRI, 2005). Mais de um quarto das regiões áridas e semiáridas de África apresenta uma degradação significativa devida à erosão do solo, perda de nutrientes, poluição ou salinização (White *et al.*, 2000). Em geral, a única

³ A Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas (1994) define desertificação como sendo a "a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas" (CNCCD, 2013: 7).

opção para os agricultores mais pobres é a de cultivarem ou criarem gado em terras marginais, facto que pode levar a um ciclo de aumento da erosão e degradação do solo, conduzindo, eventualmente, à desertificação.

A fertilidade dos solos do continente africano está a diminuir a uma taxa que constitui uma ameaça para as tentativas de erradicação da fome. É nesta degradação dos solos que se pode encontrar uma das explicações para a estagnação, nas últimas quatro décadas, da produtividade agrícola neste continente (Henao e Baanante, 2006). É de reter que no continente africano, a agricultura representa, em média, cerca de 65% da força de trabalho e cerca de 32% do PIB (World Bank, 2011). A geografia da actividade agrícola mostra uma assimetria acentuada da produtividade, com o Egipto e a Nigéria a serem responsáveis por um terço da produção agrícola total (Jayaram *et al.*, 2010).

Na África Subsaariana, os sistemas de produção agrícola dependem fortemente do regime da chuva, pelo que a produção alimentar é extremamente vulnerável a condições meteorológicas adversas o que constitui um grande desafio para a segurança alimentar. Como resultado desta fragilidade do seu sistema produtivo agrícola o continente africano continua a apresentar situações de segurança alimentar e nutricional marcadas por vários episódios críticos de diminuição dos meios de subsistência (UN Millennium Project, 2005; Lobell, 2008). Segundo Jacques Diouf⁴, Director Geral da FAO de 1994 até 2011, “desde 2009, na África Subsaariana, mais de 269 milhões de pessoas estão subalimentadas e 30% da população sofre de fome” e, apesar de alguns êxitos, a “agricultura africana debate-se com múltiplos problemas, que vão de um acesso insuficiente à água e aos factores de produção modernos e à falta de infra-estruturas rurais”. Para garantir uma produção sustentável de alimentos e a segurança alimentar de uma população a crescer a um ritmo acelerado a agricultura deverá atingir taxas de crescimento muito significativas durante os próximos 40 anos, nomeadamente se quiser satisfazer uma melhoria da condição alimentar e nutricional da sua população.

3. Uma geografia política instável: conflitos e estados frágeis

É importante começar por dizer o que são conflitos. O termo conflito remete para um extenso conjunto de actos cujo significado, natureza e tipificação depende do quadro teórico a que está ligado. Cite-se apenas dois com interesse para este artigo. Para Ralf Dahrendorf (1972), os conflitos referem-se a relações de oposição visando a manutenção ou o desafio do poder dominante, a sua teoria de conflitos sociais refere-se às relações sociais no seu todo e considera os conflitos como factores determinantes da mudança social. Enquanto para Ted Gurr (2010 e 2015) os conflitos decorrem essencialmente de frustrações associadas a situações de privação, leia-se, no quadro deste artigo, a situações de pobreza. Nos seus estudos, Gurr – que abordou em várias das suas obras a situação de África – procede essencialmente a uma leitura compreensiva da violência política e à análise das causas que levam os indivíduos aos protestos políticos e à revolta.

⁴ Discurso proferido durante a Conferência Regional da FAO, em Luanda, em 2010.



Outro aspecto importante a considerar é a tipologia dos conflitos. Uma das dificuldades apontadas na análise da correlação alterações climáticas *versus* conflito é precisamente a de que tipo de conflito se considera. Não cabe nos objectivos deste artigo desenvolver a abordagem sobre as diferentes tipologias utilizadas. Assim e de um modo simples é de referir que no contexto deste artigo o termo conflito se refere a um vasto conjunto de acções que vão do protesto político, com ou sem violência, a acções de tipo repressivo e acções em que intervêm grupos armados, institucionais ou não-institucionais, no interior de um mesmo estado ou entre estados (Lourenço e Machado, 2013; Galtung, 1996).

Neste ponto a atenção centra-se nos conflitos armados. No ponto dedicado à relação ambiente *versus* conflitos a análise integra uma tipologia mais abrangente de conflitos.

Sendo sempre arriscado procurar causalidades, a análise da bibliografia sobre África evidencia um conjunto de factores interconectados e interdependentes associados à instabilidade política, à violência, aos conflitos e à pobreza: causas económicas, culturais e étnicas, internas e externas, locais e regionais, particularidades históricas associadas ao colonialismo e elites mal preparadas. A globalização, a economia neoliberal e o fim da guerra fria são ainda mencionados, por alguns autores, como os elementos potenciadores deste quadro. No parágrafo seguinte são apresentadas duas leituras sobre as causas das guerras e a instabilidade política na perspectiva de autores africanos.

Um estudo do *Institute for Security Studies*, um centro de investigação que associa a África do Sul e países da angló-



fonos da África Oriental, refere, como causas principais para a situação de subdesenvolvimento do continente e para o ambiente de insegurança, “a governação inadequada, a corrupção desenfreada, doenças e ausência de sistemas de saúde, cerca de 70% da população vivendo num estado de fome crónica e excessiva dependência de recursos naturais e persistentes ciclos de conflitos violentos”, mesmo no caso de países ricos em recursos naturais (Adano e Daudi, 2012: 2 e 5). Paul Tiyambe Zeleze, um prestigiado historiador económico africano, sintetiza, na introdução ao seu livro *The Roots of African Conflicts* (2008), a situação do continente: “*To be sure, these wars are often provoked and sustained by ethnic rivalries, economic underdevelopment and inequalities, poor governance and elite political instability and manipulations, but these factors, individually or collectively, have a history rooted in the political economy of colonialism, post-colonialism, and neo-liberal globalisation*”.

A instabilidade política em África é reforçada pelo elevado número de Estados considerados como *estados frágeis*⁵. O colapso da autoridade em vastos territórios tem sido o ambiente propiciador de conflitos étnico-religiosos, guerras civis e de secessão, frequentemente prolongados e de

extrema violência. A intervenção internacional para a resolução destes conflitos e atenuar as suas consequências tem sido diminuta. Para além dos milhares de vítimas – alguns destes casos assumem a natureza de genocídios – registou-se a destruição de infra-estruturas e do sistema produtivo e a instabilidade regional causada por centenas de milhares de refugiados, estendendo o conflito aos Estados vizinhos.

Estes conflitos têm como protagonistas actores não estatais ou não exclusivamente estatais, recorrem aos *media*, são portadores de novas ideologias, formas de financiamento não tradicionais, actuam no meio das populações, em suma, definem uma estratégia atípica relativamente à guerra clássica com objectivos, alvos e uma ideia de inimigo também diferenciados.

Alguns autores, com destaque para Mary Kaldor (2007) que cunhou a designação *new wars*, referem a emergência de um novo tipo de violência organizada ou conflito armado em oposição às guerras clássicas que dominaram o panorama mundial, particularmente o europeu, até ao final da II Guerra Mundial. Kaldor (2007: 2) refere que a designação de guerra é aqui utilizada para enfatizar a natureza política deste tipo de violência e de conflito, apesar de a sua definição resultar, obrigatoriamente, de uma sobreposição de guerra – conflito entre Estados ou grupos políticos – crime organizado, com vista a ganhos para fins privados, e violação em larga escala dos direitos humanos.

Este tipo de conflitos envolve sempre um conjunto alargado de conexões que impossibilitam uma distinção clara entre interno e externo, entre local e global. Estas *novas guerras* tendem a concentrar-se em áreas onde o Estado, na sua acepção moderna, não se consolidou. São Estados que cabem na noção de Estados frágeis ou falhados – com um aparelho político-administrativo ineficaz, incapacidade real de controlo do território, elevado nível de corrupção e de ausência da gestão dos bens públicos – com uma real incapacidade de manter a segurança no interior das suas fronteiras. A legitimidade das instituições e a confiança no Estado está submetida a uma forte erosão (Kaldor, 2001 e 2007).

A importância que este tipo de conflito e de violência vem assumindo no contexto de África, a sua contribuição para a instabilidade de muitos Estados nas últimas décadas, justifica a atenção que lhes é conferida neste artigo. O conceito de *novas guerras* têm sido alvo de críticas de vários quadrantes científicos (Zeleza e Nhema, 2008), no entanto e apesar das suas fragilidades analíticas é de reconhecer a sua utilidade para a compreensão da natureza e da lógica de muitos dos conflitos armados do séc. XXI

O conceito de violência organizada tem vindo a ser utilizado para designar novos e antigos tipos de ameaça à segurança. Ele inclui uma alargada tipologia de conflitos como a violência dos estados contra civis, guerras civis, violência eleitoral entre opositores, conflitos regionais com base em questões de identidade étnica e/ou religiosa, violência de gangues relacionados com crime organizado, movimentos armados com objectivos ideológicos e religiosos, frequentemente com relações internacionais. Muitos países e regiões, essencialmente na América Latina e em África, têm conhecido ciclos de violência organizada repetida passando, por vezes, de um tipo de violência a outro, nomeadamente a passagem de conflitos armados para altos níveis de criminalidade (World Bank, 2011).

⁵ Apesar de não haver uma definição internacionalmente aceite da expressão *Estados frágeis*, a maioria das agências internacionais para o desenvolvimento aplica o termo referindo-se a Estados que fracassaram na capacidade de assegurar as funções que satisfaçam as expectativas básicas dos cidadãos. A OCDE caracteriza os *Estados frágeis* como Estados que são incapazes de manter a segurança, de assegurar o cumprimento da lei e o funcionamento da justiça, de providenciar os serviços básicos e oportunidades económicas aos seus cidadãos, isto é, de funcionar politicamente (OCDE, 2008).

Existem hoje sistemas estatísticos fiáveis, actualizados e de fácil acesso sobre conflitos, na sua definição alargada, no mundo e, naturalmente, em África, tornando despidianda a sua apresentação. Assim, ficam apenas dois últimos comentários sobre a importância e o impacto dos conflitos armados no desenvolvimento no continente. Um estudo da Universidade de Yale permite uma leitura ampla da importância dos conflitos intra-estados em África: de 1960 até ao presente, um terço dos países da África subsaariana conheceram a experiência de uma *guerra civil* (conflitos internos em que um dos participantes representa o estado e em que se tenham registado pelo menos 1000 mortos em combate no período de um ano), se for considerada a categoria de *conflitos civis* (conflitos internos em que um dos participantes representa o estado e em que se tenham registado 25 mortos em combate no período de um ano) aquele número passava para metade dos países; alguns destes conflitos duraram mais de dez anos (Blatman e Miguel, 2010). Quando se fala em conflitos armados a análise tende a centrar-se no imediato, no número de vítimas e amplitude das destruições, esquecendo o tempo necessário à reconstrução nacional, isto é, esquecendo os impactos do conflito no desenvolvimento no longo prazo. O *Stockholm International Peace Research Institute*, tendo como ponto de partida a análise de duração média dos conflitos armados internos em países subdesenvolvidos, estimada em 7 anos, calcula que um país leve 14 anos a recuperar a sua economia e cerca de 25 anos a reconstruir “o seu sistema social e institucional até ao nível de boa governação” (SIPRI, 2017: 9).

4. Alterações Climáticas e Conflitos

As próximas décadas serão marcadas pela intensificação das alterações climáticas o que contribuirá para o agravamento das crises ambientais já hoje conhecidas (como a seca, a falta de água e a degradação dos solos). O crescimento da população potenciará os efeitos destes factores aumentando o número de conflitos pela competição das terras aráveis, desencadeando movimentos migratórios criando situações de *stress* em outras regiões, nomeadamente em áreas urbanas ou mais desenvolvidas. É expectável que o aumento da temperatura global ponha em causa as bases de rendimento de numerosas populações rurais, particularmente nas regiões subdesenvolvidas, aumentando a vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social e venha a constituir uma ameaça à segurança humana.

Este quadro será tanto mais grave quanto mais frágeis forem os Estados, devido à reduzida capacidade de desempenho das suas instituições e sistemas de governo. Na maioria destes Estados, como acontece na África subsaariana, as consequências das alterações climáticas ultrapassam a capacidade local/nacional de adaptação às mudanças ambientais, potencializando a instabilidade política e social que caracteriza numerosas sociedades da região.

A globalização e a mudança ambiental global estão associadas ao processo de reconceptualização da segurança, à sua densificação e ao alargamento do seu significado (Lourenço, 2015). O conceito de segurança humana, das Nações Unidas, reconhece a complexidade das interconexões estabelecidas pelo ambiente e sociedade, integrando as preocupações quanto à dimensão de segurança do ambiente, incluindo, em particular, as questões relaciona-

das com o acesso à água potável, ao ar puro e a um sistema terrestre não degradado. A segurança humana e a protecção do ambiente são assim consideradas como realidades mutuamente dependentes: a depleção dos recursos naturais diminui os meios de subsistência, aumenta os riscos à saúde humana e amplifica as vulnerabilidades perante fenómenos ambientais críticos; a conjugação destes factores enfraquece a coesão e a estabilidade social, contribui para o agravamento da instabilidade política e social.

As próximas décadas serão marcadas pela intensificação das alterações climáticas o que contribuirá para o agravamento das crises ambientais já hoje conhecidas (como a seca, a falta de água e a degradação dos solos).

Nas últimas duas décadas o interesse pelo estudo da eventual eclosão de conflitos cujas causas seriam consequências das alterações climáticas tem animado centros de investigação em todo o mundo. As análises de pendor neomalthusiano, conduzidas por Homer-Dixon (2001), que estabelecem correlações fortes entre a competição pelo acesso a recursos naturais, particularmente a água e terras aráveis, progressivamente mais escassos e degradados devido às alterações climáticas, o aumento da população e a emergência de conflitos foram marcantes quer a nível científico quer na área político-militar. Michael Klare (2002) cunhou a expressão *ressources wars* e os seus trabalhos centram-se essencialmente no uso e esgotamento de recursos naturais estratégicos como o petróleo e a definição de políticas nacionais que podem levar à eclosão de conflitos armados. Klare tem sido um dos críticos do que designa por *energia extrema*, isto é, a produção de energia a partir recursos não convencionais com conduzem à degradação do ambiente e de elevado risco (*shale oil*, exploração de petróleo no Ártico, etc.). Mais recentemente Marshall Burke, Edward Miguel e outros (Burke *et al*, 2009) apresentaram a tese de que o aumento da temperatura – no quadro do aquecimento global – está associado à eclosão de conflitos armados em África; o estudo, suportado numa análise histórica da evolução das temperaturas, prevê o aumento da conflitualidade no futuro acompanhando as previsões de aumento das temperaturas no futuro próximo.

Neste quadro de preocupações simultaneamente académicas e geoestratégicas, a questão da escassez da água assumiu um espaço predominante e um relevo mediático inusitado. Vários estudos e personalidades importantes da cena política internacional previram que as guerras e conflitos armados do séc. XXI teriam a sua origem na competição pela água potável, proverbialmente designadas por *as guerras pela água*. Ismail Serageldin (Vice-Presidente do Banco Mundial) defendeu, em 1995, que “...the wars of the next century will be about water...”. Ban Ki-moon (Secretário Geral das Nações Unidas), em 2007, durante a 1ª Reunião Asia-Pacífico sobre a Água, declarou que “...the consequen-



ces for humanity are grave. Water scarcity threatens economic and social gains and is a potent fuel for wars and conflict...". Também em 2007, Ban Ki-moon designou o dramático e sangrento conflito em Darfur, Sudão, como *the world's first climate change conflict*, referindo a escassez de água como o detonador do conflito (Borger, 2007).

Este tipo de análise causal sobre as consequências das alterações climáticas e a eclosão de conflitos (na sua definição e tipologia alargada) é actualmente considerado como pouco fiável e apresentando resultados pouco consistentes. O estudo da complexa relação estabelecida entre as alterações climáticas e a eventual eclosão de conflitos pressupõe análises multicausais com capacidade de integrar as múltiplas variáveis económicas sociais e biofísicas intervenientes no processo. Assim, é hoje consensual afirmar que as consequências das alterações climáticas não aumentam isoladamente os riscos de conflito, funcionando antes como agentes catalisadores ou aceleradores de crises que poderão dar origem a conflitos. Em contextos de pobreza endémica, desigualdades gritantes de riqueza e de acesso à terra, elevados níveis de desemprego, sistemas e instituições de governo incapazes, as consequências das alterações climáticas são um factor potenciador de tensões sociais preexistentes podendo conduzir a conflitos sociais cuja dinâmica poderá alimentar uma escalada para níveis de violência extrema.

As consequências das alterações climáticas são já visíveis em África como foi referido no ponto 2. A intensificação das consequências das alterações climáticas terá consequências mais gravosas em áreas muito sensíveis como as do Corno de África (Etiópia, Quênia, Somália, Eritreia) cuja economia e meios de subsistência assenta na pastorícia e sofre há anos de longos e intensos períodos de seca. A história de África é muito marcada por conflitos associados a questões étnicas, de instabilidade política e de acesso aos recursos que poderão ser agravadas pelas alterações climáticas, particularmente nas disputas territoriais e fronteiriças, dificul-

tando processos de mediação e de negociação. As regiões de Darfur, do Sahel, dos Grandes Lagos e do Congo são zonas sensíveis pelo acréscimo de competição por recursos escasso como a água e as terras aráveis. As migrações climáticas – cujas estatísticas continuam a não satisfazer uma leitura rigorosa – para além de um problema humanitário grave são uma das consequências das alterações climáticas potenciadoras de conflitos regionais (segundo alguns estudos prospectivos serão globais em 2050) pelo aumento da pressão que provocam nas áreas de destino.

Considerações Finais

Apesar da pequena contribuição para o aumento das emissões de gases com efeito de estufa, e portanto, para as Alterações Climáticas, África é um dos continentes mais vulneráveis às suas consequências, em grande parte devido à limitada capacidade de adaptação agravada pela interacção de múltiplas pressões ambientais, pela pobreza generalizada e pelos baixos níveis de desenvolvimento.

Em África, a promoção da sustentabilidade e a procura de melhor qualidade de vida para as populações enfrenta desafios de particular importância, nomeadamente os que estão relacionados com as Alterações Climáticas e com a Mudança Ambiental Global, que possuem uma importante dimensão geopolítica. Esta resulta fundamentalmente do facto de as suas consequências não serem nem iguais, nem equitativas, entre regiões ou países. Para além disso, é cada vez mais evidente o potencial de perturbação que exercem sobre a capacidade de adaptação à mudança dos sistemas políticos, sociais e económicos.

O crescimento económico, necessário para enfrentar a pressão demográfica e para manter e aumentar a qualidade de vida da população, diminuir a pobreza e a instabilidade

política e social, tem fortes impactos sobre o ambiente. As mudanças ambientais afetam global e regionalmente os sistemas sociais. A diminuição de terras aráveis, a degradação da vegetação, ou o esgotamento dos recursos hídricos afetam tanto as atividades económicas como as condições de vida das populações. É neste quadro geral que surgem os principais desafios da investigação sobre a complexa relação estabelecida entre sociedade e mudança ambiental: *Como conciliar as pressões antropogénicas com a sustentabilidade do ambiente? Como assegurar um desenvolvimento sustentável que consiga ultrapassar a situação de subdesenvolvimento e de insegurança em que vivem a maioria das sociedades africanas?*

As próximas décadas serão marcadas por uma intensificação das alterações climáticas, contribuindo para o agravamento das crises ambientais, já hoje existentes, intensificando conflitos de uso do solo e desencadeando migrações ambientais. O aumento da temperatura global vai comprometer as bases do rendimento de muitas pessoas, especialmente nas regiões em vias de desenvolvimento, aumentando a vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social e colocando em risco a segurança humana. Num mundo globalizado, quando a insegurança e a violência aumentam, as consequências tornam-se globais. As consequências potenciais das Alterações Climáticas e da Mudança Global são sérias e podem constituir uma ameaça à segurança (definida em termos amplos como defende o PNUD e abrangendo as preocupações ambientais, económicas e de saúde) dos indivíduos, comunidades e países. A forma como a sociedade responderá à mudança Global deverá ser uma política central de paz e segurança do século XXI.

Referências

- Adano; Wario; Daudi, Fatuma. 2012, Links between climate change, conflict and governance in Africa, Pretoria: Institute for Security Studies, Paper N° 234.
- Adger, W. Neil; Brown, Katrina.; Hulme, Mike. 2005. Redefining global environmental change. *Global Environmental Change*, 15: 1-4.
- Beegle, Kathleen; Christiaensen, Luc; Dabalen, Andrew; Gaddis, Isis. 2016. *Poverty in a Rising Africa*. Washington, DC: World Bank.
- Blattman, Cristopher; Miguel, Edward. 2010. Civil War. *Journal of Economic Literature*, 48 (1): 3-57.
- Borger, Julian. 2007. Darfur conflict heralds era of wars triggered by climate change, UN report warns. *The Guardian*, 23 June 2007.
- Burke, Marshall B.; Miguel, Edward; Satyanath, Shanker; Dykema, John A.; Lobell, David B. 2009. Warming increases the risk of civil war in Africa. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 106, 49: 20670-20674.
- Canadell, Josep; Raupach, Michael; Houghton, Richard A. 2009. Anthropogenic CO₂ emissions in Africa. *Biogeosciences*, 6 (3): 463-468.
- CDKN - Climate and Development Knowledge Network. 2014. *The IPCC's Fifth Assessment Report. What's in it for Africa?* London: The Climate and Development Knowledge Network.
- Chauvin, Nicolas Depetris; Mulangu, Francis; Porto, Guido. 2012. *Food Production and Consumption Trends in Sub-Saharan Africa: Prospects for the Transformation of the Agricultural Sector*. Addis Ababa: United Nations Development Programme, Regional Bureau for Africa - UNDP Africa Policy Notes 2012-011.
- CNCCD - Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação. 2013. *Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação*. Lisboa: Comissão Nacional de Coordenação do Combate à Desertificação.
- Dahrendorf, Ralf. 1972. *Classes et Conflits de Classes dans la Société Industrielle*. Paris: Mouton.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2015. *Global Forest Resources Assessment 2015*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Frenken, Karen. 2005. *Irrigation in Africa in figures – AQUASTAT Survey – 2005*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO Water Reports 29.
- Galtung, Johan. 1996. *Peace by peaceful means. Peace and conflict, development and civilization*. London: SAGE.
- Gurr, Ted Robert. 2010. *Why Men Rebel*. New York: Routledge.
- Gurr, Ted Robert. 2015. *Political Rebellion. Causes, outcomes and alternatives*. New York: Routledge.
- Homer-Dixon, Thomas F. 2001. *Environment, Scarcity, and Violence*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Henao, Julio; Baanante, Carlos. 2006. *Agricultural Production and Soil Nutrient Mining in Africa: Implications for Resource Conservation and Policy Development*. Muscle Shoals: International Center for Soil Fertility and Agricultural Development.
- IGBP - International Geosphere-Biosphere Programme Secretariat. 2006. *Science Plan and Implementation Strategy*. Stockholm: International Geosphere-Biosphere Programme Secretariat - IGBP Report 55.
- IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. 1996. *Climate Change 1995: Second Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. 2007. *Climate Change 2007: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. 2014. *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change.
- Jayaram, Kartik; Riese, Jens; Sanghvi, Sunil. 2010. *Africa's path to growth. Agriculture: Abundant opportunities*. New York: McKinsey Global Institute
- Kaldor, Mary; Luckham, Robin. 2001. Global Transformations and New Conflicts. *IDS Bulletin*, 32(2): 48-69.

- Kaldor, Mary. 2007. *New and Old Wars. Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- Kelatwang, Sebueng; Garzuglia, Monica. 2006. Changes in forest Area in Africa 1990-2005. *International Forestry Review*, vol. 8 (1): 21-30.
- Klare, Michael T. 2002. *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*. New York: Owl Paperbacks.
- Lobell, David B.; Burke, Marshall B.; Tebaldi, Claudia; Mastrandrea, Michael D.; Falcon, Walter P.; Naylor, Rosamond L. 2008. Prioritizing climate change adaptation needs for food security. *Science*, vol. 319 (5863): 607-610.
- Lourenço, Nelson. 2015. As novas Fronteiras da Segurança. Segurança Nacional, Globalização e Modernidade. *Revista Segurança e Defesa*, 31: 26-37.
- Lourenço, Nelson; Machado, Carlos Russo. 2013. Mudança Global e Geopolítica dos Recursos Naturais. *Mulemba*, vol. 3 (5): 81-103.
- Lourenço, Nelson; Machado, Carlos Russo; Rodrigues, Luís. 2006. *Social Issues in Water Management in the Mediterranean Countries. Report for the NOSTRUM Project*. Barcelona: Universidade Atlântica.
- Martens, Pim; McMichael, Anthony J.; Patz, Jonathan A. 2000. Globalisation, environmental change and health. *Global Change and Human Health*, vol. 1 (1), pp. 4-8.
- Molden, David. 2007. *Water for food, water for life. Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture*. London: Earthscan Publications
- Mutunga, Clive; Zulu, Elya; Souza, Roger-Mark de. 2012. *Population Dynamics, Climate Change and Sustainable Development in Africa*. Nairobi: African Institute for Development Policy.
- OCDE. 2008. *Princípios para uma Intervenção Internacional Eficaz em Estados Frágeis e em Situações de Fragilidade*. Paris: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- Oldeman, L. Roel. 1994. The global extent of soil degradation. in D.J. Greenland & T. Szabolcs (eds.). *Soil resilience and sustainable land use* (pp. 99-118). Wallingford: CAB International.
- Otter, Luanne; Olago, Daniel O.; Niang, Isabelle (Eds.). 2007. *Global Change Processes and Impacts in Africa: A Synthesis*. Nairobi: East African Publishers Ltd.
- Rockström, J.; Steffen, W.; Noone, K.; Persson, Å.; Chapin III, F. S.; Lambin, E.; Lenton, T. M.; Scheffer, M.; Folke, C.; Schellnhuber, H.; Nykvist, B.; De Wit, C. A.; Hughes, T.; van der Leeuw, S.; Rodhe, H.; Sörlin, S.; Snyder, P. K.; Costanza, R.; Svedin, U.; Falkenmark, M.; Karlberg, L.; Corell, R. W.; Fabry, V. J.; Hansen, J.; Walker, B.; Liverman, D.; Richardson, K.; Crutzen, P.; Foley, J. 2009. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, 14, 2, 32, pp. 1-33.
- SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. 2017. *SIPRI Yearbook 2017: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press.
- Steffen, W.; Sanderson, A.; Tyson, P.; Jäger, J.; Matson, P.; Moore III, B.; Oldfield, F.; Richardson, K.; Schellnhuber, H.-J.; Turner II, B. L.; Wasson, R. eds.. 2004. *Global Change and the Earth System: A Planet Under Pressure*, IGBP Global Change Series, Berlin, Heidelberg e New York: Springer-Verlag.
- Syvitski, James. 2012. Anthropocene: an epoch of our making. *Global Change Newsletter*, 78: 12-15.
- UN Millennium Project. 2005. *Halving hunger: It can be done*. New York: United Nations Development Programme
- UNDESA. 2012. *World Urbanization Prospects: The 2011 Revision*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNDESA. 2013. *World Population Prospects: The 2012 Revision*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNDESA. 2015. *World Population Prospects: The 2015 Revision*. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- UNEP. 1999. *Global Environment Outlook-2000*. Nairobi: United Nations Environment Programme.
- UNEP. 2008. *AFRICA. Atlas of Our Changing Environment*. Nairobi: United Nations Environment Programme
- UNEP. 2012. *GEO5 - Global Environment Outlook. Environment for the future we want*. Nairobi: United Nations Environment Programme
- UNEP. 2015. *Africa's Adaptation Gap. Climate-Change, impacts, adaptation challenges and costs for Africa*. Nairobi: United Nations Environment Programme.
- UNESCAP. 2007. *Statistical Yearbook for Asia and the Pacific 2007*. Bangkok: United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific.
- UNESCO. 2009. *Water in a changing world. The United Nations World Water Development Report 3*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- UN-HABITAT. 2010. *The State of African Cities 2010. Governance, Inequality and Urban Land Markets*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme.
- White, Robin; Murray, Siobhan; Rohweder, Mark. 2000. *Pilot Analysis of Global Ecosystems: Grassland Ecosystems*. Washington: World Resources Institute
- World Bank. 2011. *Fact sheet: The World Bank and agriculture in Africa*. Washington: The World Bank.
- WRI - World Resources Institute. 2005. *The wealth of the poor: Managing ecosystems to fight poverty*. Washington DC: World Resources Institute.
- Yonetani, Michelle (coord.). 2013. *Global Estimates 2012. People displaced by disasters*. Geneva: Norwegian Refugee Council - Internal Displacement Monitoring Centre.
- Zezeza, Paul Tiyaamba; Nhema, Alfred. 2008. *The Roots of African Conflict. The cause and costs*. Ohio: Ohio University Press.

O Impacto do Terrorismo na Europa, uma tentativa (falhada) de Resgate do Carácter das Cidades

JOÃO ALVELOS

O regresso aos Clássicos permite por vezes o realinhamento dos princípios e linhas orientadoras que se aprenderam com as experiências anteriores, contudo a azáfama e a complexidade do quotidiano das Organizações desviam o foco do essencial, daí o “Back to the Basics” como habitualmente os anglo-saxónicos expressam permite regressar ao “Eixo da Roda” como Adriano Moreira costuma referir.

Introdução

As mais diversas lições que vieram dos mais variados ataques terroristas na última década depois do marco principal que foi o 11 de setembro, tiveram sempre uma lógica de evolução e também uma espécie de reação. O que é certo, é que nesta “Guerra que parece perpétua” já se reduziu o número de atentados com explosivos, mesmo os com recurso a explosivos improvisados, o que não deixa de ser um sinal claro que a organização da luta contra o terrorismo está a ter algum sucesso. E claro, falta uma informação muito importante que é: os dados sobre os Atentados que foram interrompidos/abortados. Essa informação é que nos poderia ilustrar de fato a eficiência da cooperação internacional nesta Luta infinita.

Lembro-me, estando presente numa reunião dos Ministros dos Assuntos Internos e da Justiça, em Copenhaga, de ouvir o então Comissário Europeu António Vitorino referir que na noite de 24 de dezembro de 2003 tinha sido desmantelado um engenho explosivo que se preparava para ser acionado exatamente na noite de Natal em plena Catedral de Estrasburgo. Esse teria sido o 11 de setembro da UE.

Atacar as Cidades foi sempre simbólico, quer não só para terroristas islâmicos, quer também para os bombardeiros americanos durante a Segunda Guerra Mundial, quer desde os Hunos de Attila. As grandes concentrações urbanas foram sempre alvos atraentes. A densidade urbana significa que é possível destruir (ou saquear) uma grande quantidade em

pouco tempo. Como tal, mantendo as defesas constantes, os beligerantes serão atraídos para as densas aglomerações urbanas.

As lições do 11 de setembro vertidas no relatório da respetiva Comissão, nomeada logo após os hediondos ataques, serão sempre como uma espécie de livro branco da nova Era do Terrorismo. Embora com o benefício e, ou, a desvantagem da retrospectiva. Podemos ter a consciência de ser injusto para com os homens e as mulheres que reagiram no primeiro minuto neste que foi, e é, o “Marco de uma nova Era”, eles fizeram escolhas em condições de incerteza e em circunstâncias nunca vividas, em que muitas vezes dificilmente tinham o controlo da situação. Tal como aconteceu em conflitos do passado, a experiência anterior em nada previa esta novidade de agressão, ninguém a 10 de setembro imaginaria aquele atentado de 11 de Setembro, que derrubou as Torres Gémeas no coração da mais cosmopolita das cidades mundiais. Este relatório será sempre um clássico, no sentido que ele detetou as falhas e deu várias pistas para mitigar essas falhas. Assim, e a laia de regresso aos “Clássicos” como diria o meu querido e estimado Professor Doutor Adriano Moreira, irei fazer uma análise aos tópicos detetados no referido relatório e que foram considerados contribuintes para que se pudesse realizar o maior atentado da era moderna da história da civilização humana. Posteriormente, abordarei o novo paradigma da gestão da segurança nas organizações decorrente do impacto destes últimos 16 anos de atentados terroristas, em especial na Europa.



Assim, iria comentar algumas das falhas e tentando fazer uma reflexão na organização do nosso sistema de segurança em Portugal. Começaria então pelas designadas Falhas operacionais : Um dos dados apontados foi o fato da CIA não incluir os “futuros sequestradores” Hazmi e Mihdhar, numa lista de vigiados, e de os não seguirem, e ainda também, a somar a esta situação, o fato do FBI não ter sido informado sobre toda esta ação; A CIA estava ciente do envolvimento de Mihdhar e Hazmi com a Al-Qaeda, tendo sido informada pelos Serviços de informações sauditas durante uma reunião de 1999 em Riade. Entretanto, o FBI tomou conhecimento destes suspeitos, na sequência do caso das bombas das embaixadas dos Estados Unidos de 1998, que ocorreram no dia 7 de agosto em Nairobi, no Quênia, e em Dar es Salaam, na Tanzânia.

Este fato, foi ainda agravado em virtude de não se ter partilhado estas informações que ligavam estes indivíduos ao ataque do navio USS Cole a Mihdhar, que ocorreu no Iemen. A CIA estava ciente de Mihdhar, que tendo sido fotografado na Malásia com outro membro da al-Qaeda, estava também envolvido no atentado ao USS Cole. A CIA não informou o FBI quando soube que Mihdhar e Hazmi haviam entrado nos Estados Unidos e por isso não foram vigiados até o final de agosto de 2001.

E Em Portugal? Será que existe uma partilha eficiente entre as informações de segurança e as informações policiais e judiciais/criminais? O caso recente de Tancos aponta indícios de que esta eficiência ainda está longe de ser alcançada. Pois, a suposta denúncia ao Ministério Público foi tida unicamente como um elemento para uma dedução de acusação, quando esta constitui na sua essência uma informação que denuncia uma ameaça à segurança de alto nível, este assalto,

como referi publicamente, foi uma das maiores “quebras de segurança na Europa neste Século”, considerando que uma “Quebra de Segurança” vai desde posse indevida de documentos classificados; Acesso a áreas interditas; ou, como foi o caso, a roubo de material perigoso. Confirmando tudo isto, nos tempos de hoje, não se compreende como esta informação não foi transmitida aos principais responsáveis desse material, estamos nitidamente perante uma ameaça que foi baseada numa denúncia! Este fato preocupa-me bastante, a mim pessoalmente, pois não só foi uma das falhas apontadas no relatório do 11 de Setembro, como também, e tendo em conta a Arquitetura do Crime e do Terrorismo, a qual se tange com atividades sobrepostas ou comuns, não deixa de ser relevante a integração de dados que possam envolver comumente estas atividades ilícitas. Sem me querer alongar nesta reflexão, sobre a integração, e ou, a fusão, das informações de Segurança e Judiciais / criminais, urge estabelecer uma solução para que se possa ser mais eficiente. Temos já uma estrutura, só precisamos de ganhos mútuos de confiança entre as instituições que constituem naturalmente um verdadeiro Sistema de Segurança Interna, traduzido em eficiência no funcionamento orquestrado pelo seu Secretariado Geral. Os louros são de todos! E principalmente dos cidadãos que não foram vitimizados.

Voltando ao Relatório

Não foram tomadas medidas adequadas, e em tempo, para encontrar Mihdhar ou Hazmi nos Estados Unidos; - Em Portugal teríamos medidas tático-policiais que garantissem uma busca discreta de suspeitos a este nível? Será que usamos todas as ferramentas que temos para dissuadir o

emprego do terror? Por exemplo, no último controlo fronteiriço em Portugal, em que foi resposto durante a visita do Santo Padre, entre 10 e 14 de Maio, registaram-se 270 interceções para avaliação, das quais 126, 50%, resultaram em recusas de entrada, em diferentes pontos de passagem autorizados – situações normais baseadas em irregularidades documentais e ausência de cumprimento de requisitos de entrada em território nacional. E esta situação foi sobejamente anunciada e durou somente 4 dias, a partir daqui dá para imaginar como será o quotidiano das nossas fronteiras.

*Temos já uma estrutura,
só precisamos de ganhos
mútuos de confiança entre as
instituições que constituem
naturalmente um verdadeiro
Sistema de Segurança Interna,
traduzido em eficiência no
funcionamento orquestrado
pelo seu Secretariado Geral.*

Outra situação apontada no relatório foi o fato de não se valorizar o pormenor de Zacarias Moussaoui como interessado nos treinos de voo, mas só de descolagem; Em Portugal será que nós temos uma cultura de denuncia de fatos anacrónicos que possam levantar suspeitas de comportamentos anormais. Será que na nossa dita educação para a cidadania temos em conta que devemos denunciar comportamentos suspeitos? Estariam os nossos Aeródromos alertados para estes procedimentos. Já agora, as pequenas aeronaves que se deslocam para Marrocos e Espanha, e vice-versa, são controladas pelas Autoridades Aeronáutica, de Fronteira e Aduaneira? E as nossas autoridades apoiam essas denúncias? Um dos fatores mais relevantes de um potencial de perigo, agora no recente atentado de Barcelona, foi o fato de terem existido um roubo elevado de bilhas de gás, nomeadamente nos postos de gasolinhas, nos meses anteriores sem que ninguém desse conta, ou suspeitasse, de tal elevado roubo desse material. Claro, que para além deste “conflito” regional entre a Polícia Nacional e a Regional, tradicionalmente conhecidos por “Mossos de Esquadra”, este relacionamento não será o melhor, e por conseguinte, a cooperação, entre forças de segurança não é a ideal e acabou por pôr em causa a segurança pública.

Outro fator não menos importante foi o fato de não se descobrir as declarações falsas sobre os pedidos de visto, e não se ter detetado que os passaportes foram manipulados de forma fraudulenta; Em Portugal o SEF dispõe das melhores tecnologias de verificação documental que possibilitou a criação do Passaporte Eletrónico Português. Mais do que usado meramente para viagens, o passaporte funciona como um documento de identificação. Após um período negro em que o Passaporte português era tido nas redes policiais internacionais como um dos mais falsificados. Hoje, e em termos de segurança, o passaporte português é adaptado ao design gráfico de segurança pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM), contém um dispositivo de armazenamento digital, um chip contactless, bem como

todos os dados do titular numa página inicial, de forma a possibilitar o reconhecimento facial nas fronteiras nacionais e de outros países. E se pensam que o nosso passaporte é apenas mais um passaporte, saibam que ainda recentemente foi considerado um dos melhores passaportes para viajar pelo mundo, ocupando a sexta posição num ranking mundial (a par da Suíça e da Coreia do Sul). Os titulares de passaporte português podem entrar em 172 países sem necessidade de visto.

Na mesma lista de recomendações do Relatório aparece o fato de não se ter sido introduzido nas listas dos “Não-autorizados” a deslocarem-se de avião, os nomes constantes nas listas de vigilância dos potenciais terroristas. Há pouco tempo, em Portugal, evadiram-se da cadeia de Caxias 3 reclusos, 2 chilenos e 1 luso-israelita, e não foi lançado nenhum mandato de captura internacional, pois as autoridades espanholas admitiram não conhecerem a referida fuga. Os motivos desta fuga segundo o Sindicato dos Guardas Prisionais foi a redução de efetivos - “Não se fazem rondas, há torres de vigilância desativadas, tudo por falta de guardas prisionais”. Curioso é, afinal, que esta situação da redução de efetivos não se situa somente nas FA's recordando aqui, de novo, a famigerada questão de Tancos cuja a tentativa de “emenda” saiu pior que o “soneto” existindo responsáveis a induzir a abordagem da validade das Armas idêntica á dos logurtes!. As Autoridades espanholas deveriam ter tido conhecimento deste caso, possibilitando assim a interceção destes indivíduos na respetiva fronteira Schengen espanhola, se as Autoridades portuguesas comunicassem através de um mandato de captura internacional sobre estes indivíduos e, se assim funcionasse, estes teriam sido intercetados em qualquer fronteira, não só espanhola como qualquer outra. E pelo fato de esta fuga se ter dado num



fim de semana e existindo a necessidade de emissão de um Mandato Internacional, provavelmente estas circunstâncias impossibilitaram a respetiva emissão. Não se sabendo ao certo a verdadeira razão, ou foram os Serviços Prisionais, ou melhor a Direção de Inserção Social e Serviços Prisionais, que deveria ter comunicado de imediato á Autoridade judicial para que esta emitisse o respetivo mandato, ou foram as Autoridades Espanholas que não divulgaram convenientemente e eficazmente essa informação. Seja como for, toda esta situação veio nos denunciar que o sistema não está eficazmente implementado. Existe, por isso, uma necessidade de uma certificação de todos estes processos, não só na Direção de Inserção Social e Serviços Prisionais como em todas as Forças e Serviços de Segurança. A Convenção de Aplicação do Acervo Schengen, como sabem, não tem só as Fronteiras (gestão geral e específica das fronteiras externas, tem também os seguintes domínios: procedimentos de entrada (e de readmissão); Sistema de Informação Schengen (SIS); Emissão de Vistos; Cooperação judicial; Legislação relativa a armas de fogo; Cooperação policial; Drogas; e Proteção de dados. Desta necessidade absoluta de eficácia na partilha internacional de dados foi criado o Ponto de Contacto Único Nacional (Single Point of Contact SPC) que passou a funcionar sob a égide da Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, abarcando o Gabinete Nacional SIRENE (GNS), o Gabinete Nacional Interpol (GNI), a Unidade Nacional Europol (UNE), Oficiais de Ligação, os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPAs) e os Pontos de Contacto Prum (PcPrum).

Embora houvesse muitos relatórios sobre Bin Laden e a sua crescente organização na Al Qaeda, não houve uma revisão abrangente sobre o que a comunidade de informações sabia sobre aquele desenvolvimento, e o que não sabia, e o que isso poderia significar.

Ao nível da Comunidade de Informações também existiram em grande parte dificuldades que em muito contribuíram para este desaire e que foram apresentados no relatório.

A combinação de um elevado numero de prioridades, orçamentos, planos, conjugados com uma estrutura ultrapassada e rivalidades burocráticas resultaram numa resposta insuficiente a esse novo desafio. Muitos Agentes trabalharam dia e noite durante anos dedicados a reunir o maior número de evidências sobre a Al Qaeda de forma a entender as suas ameaças. Contudo, embora houvesse muitos relatórios sobre Bin Laden e a sua crescente organização na Al Qaeda, não houve uma revisão abrangente sobre o que a comunidade de informações sabia sobre aquele desenvolvimento, e o que não sabia, e o que isso poderia significar. Isto é, existia uma preocupação de recolha de informações continua, mas uma grande falha no processamento dessas mesmas. Antes do 11 de setembro, nenhuma agência fez mais para atacar a Al Qaeda do que a CIA. Mas existiram muitos limites para o que a CIA conseguiu, desde interromper as atividades terroristas no exterior chegando mesmo a

usar elementos especiais para tentar capturar Bin Laden e os seus principais colaboradores no Afeganistão.

Ao longo de mais de três anos, tanto na parte final da Administração Clinton como na primeira parte da administração W. Bush, a CIA dependia muito de serviços de outsourcing, e havia uma crescente frustração, em especial, no Centro de Contra-Terrorismo da própria CIA e na equipa do Conselho de Segurança Nacional com a falta de resultados. O desenvolvimento dos Drones “Predator” e o impulso da Aliança Atlântica do Norte foram, em muito, os promotores desta frustração. Isto resultou, de forma geral, que a introdução de outsourcing e automatização do processo de recolha de notícias estagnasse toda a componente Humint da CIA e daí a sua análise e interpretação das informações.

Ao nível do FBI

Desde o primeiro ataque do World Trade Center em 1993, a liderança do FBI e do Departamento de Justiça, em Washington e Nova York, tornou-se cada vez mais preocupada com a ameaça terrorista dos extremistas islâmicos aos interesses dos EUA, tanto no seio do país, como no exterior. Na década de 90, os esforços antiterroristas do FBI contra as organizações terroristas internacionais incluíram um processo de informações e de investigações criminais. A abordagem do FBI às investigações era específica em cada caso, descentralizada e voltada para a acusação. Os recursos significativos do FBI foram dedicados a investigações posteriores dos principais ataques terroristas, resultando em várias acusações. O FBI tentou vários esforços de reforma destinados a fortalecer sua capacidade de prevenir este tipo de ataques, mas esses esforços de reestruturação não conseguiram implementar as mudanças institucionais necessárias e ambicionadas em toda a organização. No 11 de setembro de 2001, o FBI estava limitado em várias áreas críticas para uma estratégia efetiva de prevenção contra o terrorismo. Aqueles que trabalharam nas questões de contra-terrorismo, possuíam limitadas capacidades de recolha de informações e análise estratégica, tinham uma capacidade muito limitada para partilhar informações, tanto interna, como externamente, um treino insuficiente, barreiras legais para partilhar informações e recursos inadequados tudo isto fazia sentirem-se frustrados.

Ao nível da prevenção contra a preparação de ataques terroristas, destaca-se neste particular aspeto, a necessidade de ter em atenção às viagens dos potenciais terroristas. Uma estratégia de informações e segurança que a história do 11 de setembro demonstrou que pode ser pelo menos tão importante como o esforço dedicado à investigação do financiamento do próprio terrorismo. Hoje existem vários processos de rastreamento, em especial na análise do sistema financeiro que permitem estabelecer “short lists” de indivíduos potenciais “turistas” em paraísos pouco recomendáveis.

Uma das grandes lições foi a abordagem de pessoas e o seu rastreamento através de identificadores biométricos concertados entre agências e governos, incluindo sistemas de fronteira e de transporte, criando um sistema abrangente de triagem que aborda problemas comuns e estabelecem padrões também comuns. À medida que estes padrões se espalham homogeneamente, este esforço, que é necessário e ambicioso, poderá fortalecer a capacidade de

se intercetar indivíduos, a nível global, que podem colocar sérias ameaças. O Acordo de Prum, referido há pouco, foi a resposta europeia a esta necessidade.

Igualmente relevante foi a evidência de tornar o funcionamento da Segurança Nacional norte americana dependente da adoção de um sistema de comando centralizado de gestão incidentes, que reforce o trabalho em equipa numa situação de crise, incluindo ao nível de uma abordagem regional, essa evidência é a base de como deverá ser o espírito de equipa a ser implementado nas diversas estruturas homologas. Em 2010, visitei eu próprio a NSA em Washington, no âmbito da minha Pós graduação em Terrorismo e Segurança do George Marshall Center, nessa visita foi nos apresentado o seu modelo de funcionamento que estava baseado principalmente na motivação pessoal dos seus agentes. Na NSA estão colocados representantes de todas as Agências de informações dos mais variados setores, desde a Agricultura, etc., estes representantes são avaliados pela eficiência e pela quantidade de dados que conseguem obter da sua Agência de origem. Se conseguirem um nível de satisfação dessa integração ao fim de 2 anos quando regressarem á origem serão promovidos 2 níveis acima da sua graduação. Isto faz com que a passagem pela NSA seja disputada pelos melhores Agentes de todos os organismos de informações norte americanos, promovendo concomitantemente os indivíduos com experiência de integração em todas as respetivas Agências.

Por fim este relatório, recomenda também o desenvolvimento do espectro de rádio e a necessidade de melhorar a ligação ao nível das comunicações de segurança pública. Aqui, esta recomendação lembra-me a necessidade do SIRESP dentro de uma configuração que possibilite uma eficaz utilização. Custa-me, a mim pessoalmente, e como cidadão contribuinte, saber que foi adjudicado um equipamento e que anualmente é suportado com uma renda elevadíssima, não correspondendo as necessidades mais previsíveis como foram aquelas que assistimos drasticamente este Verão. Todos sabemos que no nosso país existem varias organizações capazes de suportar essa estrutura técnica de comunicações. Não só porque já possuem “Saber de experiência feito”, quadros técnicos de alto nível, estruturas e também equipamentos. Só de me lembrar que a Direção de Comunicações e Sistemas de Informação do Exército Português executa as atividades no Exército em matéria de Comunicações, Sistemas de Informação, Gestão da Informação e do Conhecimento, e também Guerra da Informação, possui os mais experimentados técnicos aptos e sempre atualizados nas mais modernas tecnologias de informação e comunicações, interrogo-me - será que estes homens e mulheres não têm capacidade de gerir uma rede de segurança interna sem os astronómicos encargos anuais que este sistema SIRESP consome? Até porque numa lógica de Segurança Nacional é de todo plausível que esta estrutura do Exército possa assegurar o funcionamento e instalação e gestão de este tipo de rede, até porque esta tem como Missão garantir a eficácia das comunicações num ambiente que é considerado o mais complexo, violento e destruidor que pode existir na ação humana, que é a característica essencial da Guerra.

Tem que existir uma politica equilibrada de recursos assim como uma dotação de meios em todas Forças e Serviços. No que ao reforço estrutural de todas as Forças e Serviços de Segurança diz respeito, ainda há pouco tempo a Secre-



taria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna FSI anunciou uma dotação financeira de Fundo no valor de 816.463,00 €, e procedeu à aprovação da candidatura, apresentada pela Polícia de Segurança Pública. O projeto aprovado - PT/2017/FSI/264 – “Banco de Provas”, com realização prevista entre 30-06-2017 e 31-12-2019, visa contribuir para a prevenção e a redução da criminalidade nacional e transnacional grave e organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de armas, através do incremento dos meios materiais e tecnológicos que permitirão a PSP fazer face aos desafios e ameaças cada vez mais complexas; o reforço, a coordenação e a cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e outras autoridades nacionais dos Estados-Membros; o aumento da capacidade de proteger as pessoas e as infraestruturas críticas contra ataques terroristas e outros incidentes relacionados com a segurança; reforçar a ligação à sociedade civil corresponsabilizando os fabricantes de armas pela segurança e rastreabilidade das mesmas; incrementar a presença e visibilidade da PSP em matéria de fiscalização e controlo no âmbito das armas de fogo, seus componentes e munições, logo desde o processo de fabrico; promoção da qualificação e especialização de efetivo da PSP para o cumprimento da missão específica no âmbito das atribuições da PSP de licenciar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança; incrementar o nível de conhecimento das ameaças e riscos associados às armas

de fogo de forma a aumentar os níveis de preparação para fazer face a essas mesmas ameaças e riscos. Foi aprovado um investimento total elegível no valor de 1.088.617,33 €, sendo o montante do cofinanciamento a atribuir de 816.463 €. E eu pergunto: não seria este projeto ser uma base para todas as Forças e Serviços de Segurança, não deveria o MAI impor a partilha deste projeto pelas restantes Forças e Serviços? Senão o fez, diga as razões porque senão pois teremos uma questão parecida á Corrida entre “Burros e Ferraris”.

Ao contrário desta tendência isolacionista e segregadora o Curso comum e partilhado sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo e á Radicalização que reuniu elementos da PSP, GNR, SEF, Serviços Prisionais e A.Tributária foi o exemplo de como devemos atuar, embora tenha faltado aqui a PJ que embora investigue criminalmente deve ser envolvida neste novo paradigma holístico de cooperação de Forças e Serviços unidos na luta e prevenção do Terrorismo.

Consequências

Uma das consequências deste novo cerrar fileiras, principalmente depois de 2004, em especial na Europa, foi sem duvida o reforço da Cooperação em matéria de Segurança entre o setor público e o setor privado. O Programa de Proteção de Infraestruturas Críticas a nível europeu envolveu o setor público e o privado em matéria de Segurança, ou melhor, continua a envolver a sociedade toda em geral. Esta cooperação pública / privada em matéria de Segurança já tinha sido exortada na Comunicação, de 20 de outubro de 2004 (COM (2004) 698) da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a Prevenção, estado de preparação e capacidade de resposta aos atentados terroristas. Nessa comunicação existe um parágrafo dedicado ao *“Diálogo entre os sectores público e privado no domínio da segurança”*, e que diz o seguinte: *“Atendendo ao importante papel a desempenhar pelo sector privado a nível da prevenção, estado de preparação e capacidade de resposta aos atentados terroristas, ilustrado em cada uma das três outras contribuições de preparação para o Conselho Europeu a realizar em Dezembro de 2004, a Comissão considera necessário lançar um “Diálogo entre os sectores público e privado no domínio da segurança” com os representantes de federações europeias, nacionais e sectoriais e outras organizações representativas. Este diálogo deve basear-se nos trabalhos anteriores desenvolvidos nesta área e nas parcerias existentes, nomeadamente as parcerias públicas-privadas instituídas com vista a combater a criminalidade organizada. Este diálogo não deve conduzir à criação de novas estruturas, mas antes constituir uma oportunidade para que ambas as partes encetem um diálogo construtivo sobre a necessidade de estabelecer o equilíbrio adequado entre as necessidades de segurança da Europa e a necessidade de não perturbar a circulação dos bens e serviços na Europa, respeitando simultaneamente a confidencialidade dos dados individuais e comerciais recolhidos para fins de segurança e mantendo o impacto nas empresas e indústrias associadas às medidas propostas proporcional à redução dos riscos de segurança”*. Embora nesta comunicação exista a recomendação para não se criar mais estruturas, ou organismos, o que em certa parte é compreensível, por outro lado é de salientar que seria essencial criar uma ou outra estrutura que obviasse essa cooperação entre o setor público e o privado, nomeadamente, replicar em determinados países,

organismos que noutros tenham dado bons resultados. Lembro, por exemplo, os Centros coordenadores de Segurança privada que existem em alguns Comandos de Forças de Segurança em Espanha, e que não existem, por exemplo, em Portugal. Estas plataformas de troca de informações são importantíssimas, pois se por qualquer evento que aconteça numa dada Empresa é elaborado um Relatório e que o mesmo é enviado para o Departamento de Segurança dessa empresa, e muitas das vezes para a Empresa de Segurança que presta serviço com Vigilantes nessa organização, onde aconteceu esse determinado evento. Por sua vez o mesmo relatório é enviado às Forças de Segurança já por vezes fora da oportunidade desejada. Concluimos que o processo demora um determinado tempo até que a informação chegue às Forças de Segurança, podendo perder a oportunidade da vantagem dessa informação. Ora, um Centro, ou uma Plataforma de troca de informações a este nível é de extrema utilidade para a obtenção de notícias e de produção de informações úteis e oportunas. Não podemos esquecer que a obtenção de informações tem que ser efetuada com oportunidade, e isso implica rapidez em todas as fases do Ciclo de Produção de Informações. Se isto sempre foi verdade, hoje, com o domínio das Tecnologias de Informação, ainda é mais premente.

O sector bancário e financeiro como infraestrutura crítica

Em simultâneo com a comunicação que acabei de referir, foi também publicada a Comunicação de 20 de outubro de 2004 (COM(2004) 702) da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a Proteção das infraestruturas críticas no âmbito da luta contra o terrorismo. Esta Comunicação visava apresentar uma perspetiva geral das ações que a Comissão estaria naquela altura a promover em matéria de proteção das infraestruturas críticas, propunha medidas adicionais para reforçar os instrumentos já existentes e assim cumprir os mandatos conferidos pelo Conselho Europeu. Neste documento era lançado ainda um alerta de que os riscos de atentados terroristas catastróficos contra infraestruturas críticas estariam a aumentar. Considera ainda que um ciber-atentado bem-sucedido, geralmente, poderia provocar poucas ou nenhuma vítimas, embora pudesse interromper o funcionamento de infraestruturas essenciais destabilizando toda uma sociedade, em todos os seus setores. Isto é, poderia não provocar vítimas diretamente e imediatamente, mas em relação ao médio e longo prazo talvez não pudéssemos dizer o mesmo.

Tem que existir uma politica equilibrada de recursos assim como uma dotação de meios em todas Forças e Serviços.

Um dos elementos essenciais que também aparece nesta Comunicação é a definição de infraestruturas críticas, e que é apresentada da seguinte forma: *“As infraestruturas críticas são as instalações físicas e de tecnologia de informação, redes,*

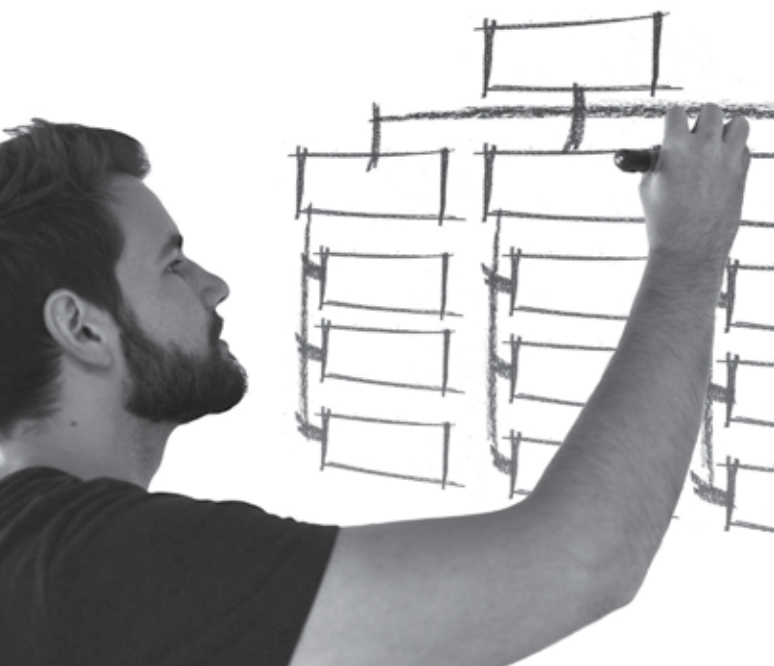


*serviços e bens, os quais, se forem interrompidos ou destruídos, provocarão um sério impacto na saúde, na proteção, na segurança ou no bem-estar económico dos cidadãos ou ainda no funcionamento efetivo dos governos nos Estados-Membros. As infraestruturas críticas abarcam vários sectores da economia, incluindo o sector bancário e financeiro, os transportes e a distribuição, a energia, os serviços públicos, a saúde, o abastecimento alimentar e as comunicações, bem como certos serviços administrativos de base. Alguns elementos essenciais destes sectores não são “infraestruturas” propriamente ditas, mas, de facto, redes ou cadeias de abastecimento que asseguram a entrega de um produto ou a prestação de um serviço essencial. Por exemplo, o abastecimento alimentar ou de água às nossas áreas urbanas mais importantes está dependente de algumas instalações principais, mas também de uma complexa rede de produtores, transformadores, fabricantes, distribuidores e retalhistas”. Ora, nesta definição aparece, sem qualquer dúvida, o sector bancário e financeiro como uma das áreas vulneráveis da sociedade europeia. Logo, da mesma forma que aquele documento alerta para os cuidados a ter face a uma ameaça, cada vez mais catastrófica, quer ao nível da proteção física, quer ao nível da proteção cibernética, foi daqui que partiu o mote para que se adaptasse, quer ao nível europeu, quer ao nível internacional, um reforço de uma estrutura normativa para dar resposta á prontidão necessária do setor bancário e financeiro. É aqui que o Acordo Basileia II é implementado separando na área de Risco o Risco Operacional do Risco normal da atividade financeira estrita, ao nível dos capitais de risco, branqueamento, etc.. E assim aparece a **Gestão da Continuidade de Negócio (GCN)**, expressão esta que é pouco digerida em português, preferindo pessoalmente a expressão francesa de “Continuidade da Atividade”, pois garantir o funcionamento de qualquer instituição ou organização, pode ser*

qualquer uma que não tenha que envolver negócios, como é o caso, por exemplo, do Departamento das Nações Unidas de GCN. Sabemos que a expressão “Business” tem, no entendimento anglo-saxónico, a ver com toda a atividade que qualquer instituição ou organização exerce. Assim, a GCN aparece como uma das respostas a este novo paradigma, criado essencialmente pela pressão gerada pelo conjunto de ameaças, que são descritas nos próprios preâmbulos dos documentos europeus, esta nova abordagem da segurança – A Gestão da Continuidade de Negócio.

E assim nasce o novo Paradigma da Gestão de Continuidade de Negócio na Segurança

O papel da Gestão da Continuidade de Negócio, tornou-se uma espécie de seguro de vida das organizações que, para ser eficiente e eficaz, requer o patrocínio da gestão de topo, um modelo de governo adequado e um esforço contínuo de atualização, exercitação e melhoria da capacidade de resposta da organização. Em Gestão da Continuidade de Negócio, fazer menos que isto significa fazer pouco ou quase nada. A Gestão da Continuidade de Negócio será como uma espécie de atuação organizada que reduz o risco das empresas pararem com o seu negócio ou atividade, afetando assim a sua sobrevivência, o bem-estar dos seus colaboradores, toda a sua informação, as instalações e o impacto sobre os seus fornecedores. A Gestão de Continuidade de Negócio tem como objetivo assegurar a recuperação dos processos críticos de negócio num tempo previamente estabelecido com um impacto aceitável para a organização. Nos últimos anos, esta função evoluiu para o



conceito de Resiliência do Negócio. Isto é, o termo resiliência significa ter a competência, ou a capacidade de se recuperar, restabelecer, ou de ultrapassar obstáculos, problemas e/ ou situações adversas; termos que podem significar o mesmo que resiliência são superação, resistência, força ou estoicismo.

Numa situação ideal, qualquer empresa, organização ou instituição, deverá ter o seu Diretor de Gestão de Continuidade de Negócio, nomeado pelo Conselho de Administração para estabelecer, avaliar, coordenar e operacionalizar um programa de Gestão de Continuidade de Negócio. Entretanto, claro está, que face a algumas circunstâncias essa função é atribuída a áreas já existentes, como por exemplo a Segurança, Sistemas de Informação ou Recursos Humanos, devendo o Departamento de Segurança ser o mais indicado para acolher essa gestão em virtude da horizontalidade da sua ação dentro da organização. Existem Departamentos, em especial em empresas do setor financeiro, que se designam por *"Direção da Continuidade de Negócio, Segurança e Higiene do Trabalho"* Um dos aspetos fundamentais, e que deve ser realçado neste processo, é a existência de fundos orçamentados especificamente para esta função, permitindo assim uma contínua avaliação, formação e redesenho de todo o processo que está aqui adjacente.

A Gestão da Continuidade de Negócio (GCN) permite estabelecer um programa que garante a organização de uma dada Empresa ou Entidade com um completo entendimento do planeamento de continuidade do seu negócio. Permite estabelecer, ainda, um conjunto de documentação detalhada e explicada que servirá como referência para a sua aplicação. A GCN é um processo de gestão holística que permite identificar o impacto de potenciais ameaças e riscos permitindo desenvolver um conjunto de planos de resposta. O objetivo é incrementar na organização de uma dada Empresa, ou Entidade, a resiliência necessária à desestruturação do negócio e mitigando também o impacto dessa desestruturação. As potenciais ameaças podem pôr

em perigo a Continuidade de Negócio, especialmente nas estruturas tecnológicas e de informação, mas também no próprio processo do negócio e no abastecimento desse processo. Toda esta abordagem permitirá desenvolver uma resposta pronta e adequada para restabelecer um plano de recuperação que mitigará o impacto da desestruturação perante as eventuais ameaças que podem perigar todo o processo de negócio/ atividade. Esse plano deverá ser constituído por diversas fases.

Esta lógica de organização tem uma Matriz já existente, que é muito similar ao modelo da organização militar. Como todos sabemos, uma das referências de Organização e Gestão complexa e difícil, na nossa moderna Sociedade são, inequivocamente, as Forças Armadas. Dada a complexidade das Operações militares, todos sabem que a Organização, Planeamento, Liderança, Coordenação e Controlo têm que ser eficientes e eficazes no Aparelho Militar. Na atuação das Forças Militares, reforçamos a importância das componentes Planeamento e Treino, componentes estas, que estão enfatizadas na Gestão da Continuidade de Negócio (GCN) das empresas e organizações. A GCN é essencial para fazer face a desafios que por vezes se colocam à Empresa, e que são necessários vencer, ou contornar, para garantir o seu Negócio, ou, por assim dizer, a sua sobrevivência como unidade empresarial, jurídica e financeira. Tal como na Guerra contemporânea, o moderno campo de batalha apresenta significativas alterações para os comandantes militares de todos os escalões. O desenvolvimento das contramedidas eletrónicas, a introdução de novos conceitos e o aparecimento de armamento cada vez mais sofisticado, aumentaram ainda mais a complexidade dos problemas que um comandante tem de resolver, exigindo um elevado grau de comando e controlo. Uma das ferramentas mais usadas pelo aparelho militar para garantir o referido elevado grau de comando e controlo é, sem dúvida, a elaboração de planos e exercícios que expõem por vezes situações não esperadas e que promovem posteriormente as chamadas "boas lições". Esses Planos, têm muitas vezes como base as ameaças ao Estado-Nação a que pertencem essas Forças Armadas, e é com base nessa Ameaça, ou conjunto de ameaças, que tudo se desenvolve no que ao aprontamento militar diz respeito.

Sucedem, que a abordagem da GCN nas Empresas segue um processo análogo ao das Forças Armadas, pois é face aos Riscos que se podem apresentar na Operação e na Condução do Negócio de determinada Empresa, ou conjunto de Empresas, que se vai elaborar um Plano, ou conjunto de Planos e Exercícios que possibilitem uma resposta que garanta a ininterrupção da atividade dessa mesma Empresa, ou conjunto delas. Quem melhor desenvolveu este modelo sistemático e contingencial que é a GCN, no mundo empresarial, foi sem dúvida o sistema financeiro. Hoje a GCN já é uma "doutrina" que extravasou o sistema financeiro e que se instalou em todas as áreas de negócio, bem como, noutras áreas que se julgue imprescindível garantir em qualquer circunstância o funcionamento de uma organização mesmo com um fim distinto ao do negócio puro e duro. Toda esta nova filosofia gerada pela pressão terrorista desenvolveu aquilo que é corolário da resposta europeia à ameaça terrorista que é : estamos prontos para fazer face a qualquer ameaça e não nos deixaremos de funcionar como Empresa, Organização e mesmo como Estado de Direito Democrático defensor dos Direitos Humanos.

As Ideias Salafistas e Jihadistas do Estado Islâmico/DAESH e as Incidências sobre a sua Estratégia

JOSÉ ANES

“Estas guerras são tornadas possíveis e frequentes pela faculdade que tem toda a religião de “ideologizar”, quer dizer de se transformar facilmente num sistema de ideias fechado, totalizante, uma vez que coloca respostas como sendo as únicas válidas na globalidade e ainda totalitária porque a sua visão dos tempos pretende reger até à mais pequena actividade humana, a começar pelas mais íntimas. Neste sistema, a impregnação ideológica dos fiéis, no sentido em que noções da teologia são degradadas em simples palavras de ordem e slogans, é tal que o massacre do seu próximo se torna justificado (...). Cada fiel, sob o efeito de uma propaganda confessional intensa e amplificada pelo efeito do grupo, deve tornar-se então um soldado de Deus. Neste processo não é a religião enquanto tal que está em causa mas sim a transformação das crenças religiosas em ideias assassinas forjadas pelos homens contra os outros homens”.

Mathieu Guidère – “La guerre des islamismes, 2017, pp. 9-10 (tradução e sublinhados nossos)

Esta longa citação introdutória serve para situar nos seus devidos termos as ideias contidas neste trabalho, a saber que o que está verdadeiramente em questão neste universo de violências em nome de uma religião não é a religião em si mesma – neste caso o islão – mas sim certas ideias religiosas extraídas indevidamente do corpus religioso islâmico assim como outras que podemos considerar como inovações e que poderemos considerar como um Novo Movimento Religioso (área em que me doutorei no contexto da Antropologia Social e Cultural na FCSH/UNL) NMR dentro ou nas margens do Islão – veja-se o excelente livro coordenado por Roel Meijer “Global Salafism – Islam New Religious Movement”. Mas mesmo quando nos textos religiosos existem apelos à violência é muito importante situar estes textos no seu contexto histórico e geográfico em que foram escritos e ultrapassar essa limitação através de leituras mais simbólicas do que literais.

É, entretanto, preciso “tomar a sério a religião” e não fazer como as embaixadas e os serviços de informações ocidentais em Teerão fizeram aquando da revolução iraniana de 1979, dizendo que esse movimento dos ayatholas era coisa passageira e que cedo haveria um regresso à racionalidade laic (cf. A Vingança de Deus de Gilles Kepel). É certo que muito da Ciência política tem “horror” à superestrutura religiosa, pelo que é também importante ultrapassar a um certo materialismo ou positivismo influenciadas por um certo materialismo dialéctico “estreito” que caracterizam certas leituras sociais baseadas quase exclusivamente na infraestrutura acompanhadas de uma menorização da superestrutura, considerada por vezes como um epifenómeno. Certamente que as questões infraestruturais não desapareceram da vida e do imaginário dos muçulmanos, mas estas correntes salafistas e jihadistas queixam-se mais da humilhação cultural, religiosa e política mais do que das



condições materiais, socio-económicas da infraestrutura – são raras ou ausentes as referências explícitas à exploração colonial ou capitalista.

A relação de certos cientistas sociais com a religião é de dois tipos opostos:

- de preconceito pois, para alguns, “todos os muçulmanos são potenciais terroristas”, o que é errado e injusto:
- de tabu pois “não se deve associar exclusivamente a violência à religião”, o que é uma ideia piedosa mas falsa pois se a maior parte dos textos e da prática religiosa se situa no universo da bondade, do amor e da beneficência, também temos muitos exemplos desde os mais arcaicos aos mais recentes do exercício da violência religiosa ou, se preferirem da violência em nome da religião.

A verdade é que a violência religiosa radica muitas vezes numa vivência errada do imaginário religioso e do seu simbolismo pois as oposições dramáticas sagrado/profano, deus/diabo, puro impuro, filhos da luz/filhos das trevas, fiéis/infieis, etc. etc. podem levar muitas correntes fundamentalistas e fanáticas a olharem o outro como algo de perigoso e de ameaçador, que tem de ser destruído – mais, se o outro é menos que humano ele pode ser morto. Tudo depende do homem e da utilização que ele faz desse imaginário:

- ou vive-o tranquilamente num esforço interior de melhoria espiritual
- ou vive-o com uma efervescência que o leva à exteriorização da violência

Para além disto, será útil recordar as ideias expressas no livro “La Violence et le Sacré” de René Girard – ele próprio um católico - em que ele situa a raiz deste tipo de violência na

violência fundadora das religiões, a qual é posteriormente simbolizada e ritualizada.

Mas voltando aos NMR ou “seitas” alguns desconhecem a variedade e complexidade do campo religioso pois, para além das religiões há, segundo Max Weber, as denominações e as seitas, sendo preciso tomar em conta de todo um conjunto de ideias e factos religiosos o que desencoraja alguns a estudar o fenómeno de do a violência terrorismo e do terrorismo religiosos rejeitando a sua diferença em relação ao terrorismo laico e considerando aquele como uma continuação deste.

O que aconteceu foi uma crise e estrondosa falência das grandes “narrativas” laicas – em particular do comunismo – tendo estas perdido a sua capacidade de mobilizar as vanguardas e as massas para a luta violenta, incluindo o terrorismo. Assim, fomos assistindo ao longo dos anos 80 e 90 a um decaimento da acção de grupos como Baader Meinhof, Brigatte Rossi, Acção Directa, etc. até ao seu total desaparecimento – para o qual contribui a accção das polícias mas também a perda de influência da ideologia. Lembremos algumas características de um e de outro:

- O terrorismo laico é (foi) em geral mais selectivo na escolha dos seus alvos, atingindo sobretudo polícias, militares, magistrados, políticos e outros representantes do aparelho de Estado – o que não quer dizer que não atinga população civil, intencionalmente ou como danos colaterais;
- O terrorismo religioso ou de inspiração religiosa é em geral mais indiscriminado pois para ele “todos são culpados”, homens, mulheres, crianças, idosos, pois basta pertencerem a um determinado universo cultural ou religioso, fazendo assim mais vítimas na população civil.

É o regresso em força da religião e dos seus fundamentismos – veja-se como exemplo a Revolução iraniana dos Ayatholas -, sobretudo a partir do final dos anos 70 (cf. Giles Kepel, em “A Vingança de Deus”), sobretudo nos campos político e geopolítico, que ela passa a ser na modernidade uma poderosa narrativa e um motor de luta e, nas suas formas mais extremas, um motor da violência e do terrorismo.

Se bem que as manifestações contemporâneas da violência e do terrorismo religiosos surjam em diversas religiões e nas suas “seitas”, a verdade é que actualmente é no seio de algumas correntes do islão que surgem essas manifestações. Esclareçamos alguns conceitos básicos.

- O **Islão** é a religião assente no Al-Corão e nos Cinco Pilares – a Unicidade de Deus (tawid), as cinco orações diárias, a esmola, o jejum pelo Ramadão e a peregrinação a Meca – e conta com cerca de mil e trezentos milhões de crentes, assim distribuídos:

- **Sunismo**, maioritário, com cerca de 85 a 80% dos crentes baseados na suna, isto é, o Al-Corão e os hadiths, frases ditas pelo Profeta e recolhidas pelos seus companheiros;

- **Xiismo**, minoritário, existente sobretudo no Irão, no Iraque, etc., tendo como origem o cisma que ocorreu acerca da sucessão de Maomé, quando se esperaria que o primeiro Califa fosse o seu genro do Profeta, Ali, casado com Fátima. Na verdade o sucessor de Maomé foi Abu Bakr, seguido de Omar e de Osman, sendo Ali apenas o quarto Califa mas com um mandato curto pois foi assassinado numa batalha onde também perdeu a vida o seu filho Hussein. Os santuários de Al Najaf e de Kerbala, no Iraque assinalam o lugar físico dos martírios de Ali e de Hussein.

- O **Islamismo** é uma corrente assente na leitura política do Islão, sendo o seu exemplo mais conhecido, os Irmãos Muçulmanos que no Egipto conquistaram o poder através de eleições, logo anuladas pelo Exército, sendo o seu lema: “O Corão é a nossa constituição”.

- O **Salafismo** é uma corrente fundamentalista baseada num código de vida que pretende imitar a vivência dos “companheiros piedosos” (salaf) do Profeta. Há variantes do salafismo como o deobandismo hindu-paquistanês e o wahabismo arábico. Dentro do Salafismo temos os salafistas pietistas e os salafistas jihadistas.

- O **Jihadismo** é uma corrente para a qual a jihad, que etimologicamente significa “esforço”, - que para a maioria dos muçulmanos, sobretudo as correntes místicas, significa um esforço interior, espiritual - deve ter uma interpretação apenas física, uma luta exterior contra os inimigos do Islão, os maus muçulmanos e os não muçulmanos. Um dos teóricos do Jihadismo foi Al Faraj o autor do livro “A obrigação não cumprida” que propunha a Jihad física como o “sexto Pilar do Islão”.

Em suma: No islão particularmente nas suas formas mais extremistas é impossível separar a religião da política. Por isso é grave erro afirmar que o salafismo e o jihadismo nada têm a ver com a religião islâmica, sendo mais apropriado defini-los como correntes político-religiosas.

De entre as diversas organizações jihadistas teremos de referir desde logo a Al Qaida e mais recentemente o Estado Islâmico ou Daesh.

A Al Qaida nasceu nos anos 80/90 no Afeganistão, tendo-se estabelecido de 1989 a 1991 um “base” de recrutamento no Afeganistão dos “mujahidines” que lutaram contra os soviéticos e que foram e seriam os guerreiros da jihad. À morte de Al Azzam a direcção da Al Qaida que aquele repartia com Osama Bin Laden ficou nas mãos de Bin Laden e de Al Zawahiri. Depois de um “exílio” sudanês de 1991 a 1986 a Al Qaida volta ao Afeganistão tendo intensificado o desafio à América e constituindo um “Jihadistão” afegão a partir do qual eram dadas as ordens de ataque para alvos diversos como as Embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia (cerca de 300 mortos), o ataque ao contra-torpedeiro USS Cole fundeado no Golfo de Aden, culminando em 11 de Setembro de 2001 no ataque às Torres Gémeas em Nova Iorque e ao Pentágono num total de cerca de 3000 mortos. Com a repressão militar dos EUA e aliados sobre santuário da Al Qaida, a Al Qaida recolhe o seu núcleo central aos tuneis das montanhas de Tora Bora e estabelece-se nas zonas tribais fronteiriças ao Paquistão e ao Afeganistão. Apesar de ter perdido a capacidade operacional do seu núcleo central a organização descentralizou-se, estabelecendo bases em locais como a Arábia Saudita, onde desenvolveu uma notável actividade entre 2003 e 2004, finda a qual a repressão das autoridades sauditas levaram à morte e à detenção de muitos militantes. Também a descentralização da organização para o Norte de África levou à criação da AQMI - Al Qaida no Magrebe Islâmico tendo sido logo empurrada para o Sahel pelas forças policiais e militares argelinas, onde se estabeleceu particularmente no Mali.

Se bem que as manifestações contemporâneas da violência e do terrorismo religiosos surjam em diversas religiões e nas suas “seitas”, a verdade é que actualmente é no seio de algumas correntes do islão que surgem essas manifestações.

A invasão do Iraque pelos EUA levou à criação e realização das actividades da Al Qaida no Iraque com particular incidência entre os anos de 2003 a 2006, ano em que foi morto o seu líder Al Zarqawi. Entre 2006 e 2009 cria-se e desenvolve-se o primeiro Califado por iniciativa de..... e sob a liderança do Califa ...desenvolvendo todo um programa militar para o qual ele não tinha possibilidades de realização, quer sob o ponto de vista militar quer sob o ponto de vista administrativo.

O primeiro Estado Islâmico foi proclamado em 2006 no Iraque. Em vez de esperar pela saída dos EUA do Iraque o que segundo a Al Qaida central de Bin Laden e de Al Zawahiri provocaria uma onda de apoio das massas sunitas – uma espécie de “levantamento nacional” – o Estado Islâmico foi proclamado voluntariamente em 15 de Outubro de 2006, como defendia Al Zarqawi em Abril desse mesmo ano – ele que veio a ser morto pelos EUA em 7/6/2006. Essa estratégia vanguardista dirigida pelo “comandante dos fiéis Abu Umar Al-Bagdadi, seria inspirada no modelo do Califado Abássida e baseada num programa apocalíptico que



incluía uma guerra civil sectária contra os xiitas, o que Bin Laden sempre rejeitou.

Abu Ayyud al-Masri foi quem sucedeu a Al Zarquawi à frente da AQI - Al Qaida no Iraque e se a sua experiência em acções terroristas era inquestionável, já no que toca à direcção e gestão da AQI foi um verdadeiro fracasso, incluindo erros estratégicos baseados numa agenda apocalíptica para a qual ele não tinha meios para a realizar. Escrevia ele: "A guerra está nas suas primeiras fases (,,,) e este é o começo das batalhas que anunciam o Dia (do Juízo). Somos o exército que entregará bandeira ao servidor de Deis, o Mahdi – o messias muçulmano. Centrado na vinda iminente do Mahdi, que ele esperava chegar dentro de um ano, assim foi declarado o Estado Islâmico e o Califado que Masri considerava essencial para ajudar o Mahdi a vencer as batalhas finais do Apocalipse. Masri avançou por todo o Iraque para preparar a chegada do Mahdi mas cedo se verificou que não tinha forças suficientes para tal e teve de retirar.

Estas ideias do Califado estão baseadas nas profecias islâmicas do Fim dos Tempos, as quais não se encontram no Al Corão mas sim em volumosos compêndios conhecidos por Ahadith contendo frases que o Profeta terá dito e que foram recolhidas por companheiros do Profeta e escritas algum tempo depois da morte de Maomé. Há uma expressão árabe que caracteriza esse Final dos Tempos, a Djahilyyya, tempo das trevas e da ignorância que, segundo eles, é preciso destruir e que tem a ver com a civilização ocidental.

Ao mesmo tempo a bandeira negra do Estado Islâmico – o negro é a cor do luto mas também da vingança e era a cor dos Abássidas – levava o selo do Profeta e era um sinal anunciador do Mahdi – O "Bem Guiado" – que apareceria previamente ao Apocalipse, anunciando ao mesmo tempo a Batalha do Fim dos Tempos. Nela estava escrito: "Só há um Deus e esse Deus é Allah, sendo Maomé o seu Profeta (mensageiro).

O Messias do Islão é reclamado tanto por sunitas – como o fundador do Califado Almohada em Espanha e no Norte de África – como por xiitas – como fundador do Califado Fatimida, ismaelita, com sede no Cairo. O rei do sul do Alentejo e do Algarve, de 1141 a 1151, Ibn'Cassi, ele próprio fatimida, foi considerado pelo povo como um Mahdi intercalar.

O Califa Abássida autoneomeou-se como Mahdi e avançou pela Síria e pelo Iraque, havendo um paralelismo entre este Califado e o EI, não só na sua estratégia militar como na sua ideologia já ambos seguiam/seguem ideias apocalípticas e defendem o Califado. Ambos são insurgentes revolucionários, realizando a "sagrada revolução", "dawla mubarak", logo denominada "dawla abbasiyya".

Não se pense que toda esta narrativa apocalíptica é coisa do passado pois segundo o autor do "Isis Apocalypse", William McCants da Brookings Institution (prestigiado "think tank" norte-americano), a seguir à agitação da Primavera árabe de 2012, cerca de metade dos muçulmanos do Norte de África, do Médio Oriente e da Ásia meridional, esperavam a vinda iminente do Mahdi. Antes disso já Abu Musab Al-Suri havia dedicado ao Apocalipse cerca de 100 páginas do seu importante texto de 1000 páginas publicado em 2004/5 na internet, intitulado "Apelo à resistência islâmica mundial" no qual propunha acções jihadistas individuais, isto sem esquecer que em 1979 um grupo de radicais sunitas inspirados por ideias apocalípticas tinham tentado tomar a Grande Mesquita de Meca, tendo acabado por ser neutralizados violentamente após um cerco de 3 semanas.

Estas ideias do Califado estão baseadas nas profecias islâmicas do Fim dos Tempos, as quais não se encontram no Al Corão mas sim em volumosos compêndios conhecidos por Ahadith.

Ayyub Al-Masri (chefe da Al Qaida no Iraque após a morte de Al-Zarqawi) era o verdadeiro dirigente do primeiro califado nascido em 2006, embora o Califa fosse Abu Umar Al-Bagdadi. Cedo a denominação de Califado foi substituída, em 15/9/2006, pela de Estado Islâmico no Iraque, mas esta decisão foi feita sem consultar direcção central da Al Qaida o que originou uma divisão entre ambos. Masri, querendo seguir o Califado Abássida, tinha uma agenda apocalíptica – era influenciado pelas profecias acerca das atribulações que precederiam o Dia do Juízo Final, especialmente as que tinham a ver com o papel do Mahdi – mas seguiu uma estratégia militar para a qual não tinha meios de a realizar. Assim



estendeu o Califado até à Síria mas cedo as suas forças tiveram de retirar.

De qualquer forma é importante ver quais eram os princípios desse 1º. El pois embora militarmente tivesse sido um fracasso as suas ideias estenderam ao segundo califado. Abu Umar Al-Bagdadi decretou em 2007 que o Estado islâmico deve cumprir as seguintes funções:

- eram infiéis os xiitas e todos os que colaboravam com os EUA;
- os cristãos e os judeus tinham de pagar um imposto de protecção e submeter-se à autoridade do EI, ou seriam assassinados;
- não seria tolerada nenhuma forma de laicismo como o islão político dos Irmãos muçulmanos ou o socialismo árabe do Partido Baath;
- a "sharia" seria a única lei e todo o que "fomentasse a anormalidade" era proibido (por exemplo ver a tv por satélite ou as mulheres andarem de cara destapada);
- era imperioso impor os castigos especificados nas escrituras islâmicas, os "hudud"; estes incluíam:
 - decapitação ou crucificação dos bandidos que matem pessoas a quem tenham roubado;
 - morte por decapitação no caso de adultério;
 - amputação da mão ou do pé por roubo;
 - Flagelação por fornicação, por beber álcool etc.

Voltando à divisão entre as ideias da Al Qaida e as do Estado Islâmico, é preciso dizer que a organização de Bin Laden e de Al-Zawahiri contiveram sempre o messianismo e consideravam o Califado um sonho distante, distanciando-se do apocaliptismo. Por seu turno os membros do EI queriam o Reino de Deus já e esperavam o Fim dos Tempos, sendo a sua missão a de proteger as fronteiras do Califado até ao dia do Juízo, o Fim dos Tempos.

O desastroso reinado de Masri e de Abu Umar Al-Bagdadi terminou com a intervenção das tropas norte-americanas e iraquianas que os mataram num ataque em 2010. Nos três meses seguinte 34 outros líderes do EI seriam assassinados ou capturados. Nesse mesmo ano o EI anunciou um novo "comandante dos fiéis", mas ele só renasceria com a partida das tropas norte-americanas em 2011.

O dirigente máximo do EI, o Califa Abu Bakr Al-Bagdadi – antigo líder da Al Qaida no Iraque, também chamada "Al Qaida entre dois rios" ou "Al Qaida na Mesopotâmia" – anunciou em Abril de 2013 que o EI passaria a actuar na Síria. Mas em Junho de 2014 o EI avançou pelo Iraque, conquistou a sua segunda cidade, Mossul, procedendo a execuções massivas e crucificações, escravizando mulheres. O estabelecimento territorial do EI realizou-se nos "cem dias" que decorreram de 10/6/14 - a conquista de Mossul - a 23/9/14 – ameaça directa a Erbil, a capital curda. Os líderes do EI proclamaram o estabelecimento do Reino de Deus na Terra, o Califado e cumprimento da Profecia, pois o Dia do Juízo Final aproximava-se. As suas declarações não deixavam dúvidas:

- “Deus bendito e glorioso concedeu a vitória e a conquista aos vossos irmãos “mujahidines” e deu-lhes o poder após largos anos de Jihad, de paciência e luta contra os inimigos de Deus (...). Fui nomeado para vos governar mas não sou o melhor de entre vós. Se vedes que actuo sinceramente, segui-me (...) mas se desobedeço a Deus não me obedecéis” (Abu Bakr Al Bagdadi, o Califa do novo Califado).

- “A bandeira do EI, a bandeira do monoteísmo está içada e ondeia. A sua sombra cobre a terra desde Aleppo a Diyala (...) É um sonho que vive no mais íntimo de cada crente muçulmano. É uma esperança que ondeia em cada muçulmano “mujahidin”. É o Califado (,,,), a obrigação abandonada (...) Agora o Califado voltou. Pedimos a Deus glorioso que o realize segundo o método profético” (declaração de um porta-voz do EI).

A extraordinária expansão do EI – que o primeiro califado não tinha conseguido foi realizada graças a uma grande capacidade militar e administrativa assente num conjunto de apoios e competências, nomeadamente, o exército e a Guarda republicana de Saddam Hussein, antigos membros do Partido Bass (integrados na confraria sufi dos Naqshabandis da Ásia central), o Conselho dos Mujahidines, diversos grupos sunitas radicais, etc.. Desde logo estiveram contra ele o Governo iraquiano, o Exército iraquiano do novo regime, a Frente Al-Nusra (aliada da Al-Qina na Síria), o Exército livre, os xiitas, os alauitas, os sunitas, os cristãos, os curdos, os yezidis, etc..

*A “lógica do Terrorismo suicida”
(R. Pape) assenta na ideia
de que o “mártir” jihadista,
com a sua acção, purifica o mundo
dos seus elementos poluidores
e ao mesmo tempo purifica-se
a si próprio.*

Atacando tudo e todos na sua fúria fanática e apocalíptica contra os “infiéis” e os “maus muçulmanos”, o Jihadismo do EI/Daesh cedo recebeu em contrapartida os ataques daqueles que atacava, desde logo numa dimensão militar e guerrilheira mas também em acções terroristas, quer na Síria e no Iraque mas também em outras paragens, como na Europa, tendo competente a revista do Estado Islâmico “Rumiya” – que sucedeu “Dabiq”, designação sua da capital apocalíptica, que entretanto caiu –, um dos órgãos de propaganda, de formação e de doutrinação, proposto para o nosso Continente um conjunto de artigos com as tácticas terroristas denominadas “As tácticas do Terror Justo”, cada um dos quais se referia à discussão e utilização quer de armas brancas, quer a de viaturas lançadas sobre a população, etc. as quais se tornaram macabramente populares em diversos recentes atentados na Europa. Alguns destes atentados são feitos com armas de fogo e explosivos. Neste último caso acontece o terrorista fazer-se explodir com um cinto de explosivos, sendo o explosivo mais frequente o TATP – Triacetona Triperóxido (sintetizado a partir de acetona e de água oxigenada mais um catalisador ácido).



A “lógica do Terrorismo suicida” (R. Pape) assenta na ideia de que o “mártir” jihadista, com a sua acção, purifica o mundo dos seus elementos poluidores e ao mesmo tempo purifica-se a si próprio, acedendo ao Paraíso com todas as suas benesses espirituais. Dizia O. Bin Laden que “os jihadistas amam a morte enquanto que os ocidentais amam a vida”.

Em suma: A lógica do jihadismo salafista que inspira o Estado Islâmico/Daesh é a seguinte:

- os “salaf”, os “antigos piedosos” contemporâneos do Profeta Maomé e aqueles que lhes sucederam tinham impérios, “califados”, porque eram bons crentes, logo segundo os salafistas-jihadistas é preciso voltar a ser bons crentes para voltar a ter poder;

- o Califado recuperará o poder e a glória do Islão, pelo que é necessário fazer a jihad exterior, a luta física, contra os inimigos do Islão, os não muçulmanos (infiéis) e os maus muçulmanos (apóstatas):

- é a Jihad física, exterior que dá a libertação e o poder e não a jihad interior, espiritual, como querem fazer crer os místicos muçulmanos e as correntes sufis – chamando-lhe a “Jihad Akbar” (jihad maior), menorizando assim a jihad exterior, física.

Bibliografia

(mais estritamente utilizada nesta apresentação)

Daniel Byman – Al Qaeda, the Islamic State, and the Global Jihadist Movement – Oxford University Press, 2015

JM Berger, Jessica Stern – Estado Islâmico, Estado de Terror – tradução do livro ISIS - The State of Terror – William Collins/Harper Collins, London. 2015

Shiraz Maher – Salafi-Jihadism – Penguin Books, 2016

William McCants – ISIS Apocalypse

Michael Weiss, Hassan Hassan – El, au coeur de l'Armée de la Terreur – Hugo&Co, 2015

Adido Brasil

O Senhor Coronel André Luis Correia de Castro é, desde de 14 de Junho de 2017, o novo Adido do Exército e da Aeronáutica do Brasil em Portugal, substituindo o nosso amigo Coronel Aviador da FAB Fernando César da Costa e Silva Braga. O Coronel André Luis Correia de Castro foi promovido ao atual posto em 30 de Abril de 2015 e pertence ao Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro. Ingressou em 1987 na Academia Militar das Agulhas Negras, tendo sido a sua primeira unidade o 1º Batalhão Logístico – Rio de Janeiro/RJ, depois passou por várias unidades do Exército de que se destacam: a Escola de Material Bélico – Rio de Janeiro; o Parque Regional de Manutenção da 10ª Região Militar – Fortaleza; a Academia Militar das Agulhas Negras – Resende/RJ; a Diretoria de Avaliação e Promoções – Brasília/DF; o 16º Batalhão Logístico – Brasília/DF; tendo sido o

Centro de Comunicação Social do Exército – Brasília/DF, a sua última colocação antes de tomar posse como Adido em Portugal. Casado com Adriana Ferreira Ribeiro de Castro, tem 3 filhas. A Revista de Segurança e Defesa deseja ao Senhor Coronel Correia de Castro as maiores felicidades pessoais e profissionais e também para a sua família. Fazemos um pequeno destaque ao trabalho frutuoso do seu antecessor, Coronel Aviador da FAB Fernando César da Costa e Silva Braga, pelo reforço da cooperação bilateral entre os dois países nas áreas militar e aeronáutica, que, mesmo usufruindo da cidadania portuguesa, defendeu sempre com garbo e profissionalismo os interesses do seu Brasil, como exemplo e testemunho do que as relações com Portugal se revestem – com uma afinidade fraterna e familiar própria de países irmãos.







Visitor

Hiroshi Suzuki

Staff

Marie Williams

Senior Portfolio manager

REF: 0899837

Contractor

Pedro Luis de Souza

Main contact: Stephanie Hill

REF: 0000007

NEC NeoFace® Watch

Reconhecimento Facial de Elevado Desempenho

Para videovigilância em tempo real, pesquisa de faces em arquivos de vídeo, pesquisa de elevados volumes de fotos e integração com outros sistemas através do NeoFace® Watch API.

O mais preciso e rápido software de reconhecimento facial disponível no mercado.

\Orchestrating a brighter world

NEC